



PREFEITURA DE
MANAUS

SEMED

Secretaria Municipal de
Educação



DIRETRIZES PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA REDE PÚBLICA DE ENSINO

MANAUS
2017



PREFEITURA DE
MANAUS

SEMED

Secretaria Municipal de
Educação

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE GESTÃO EDUCACIONAL
DEPARTAMENTO DE GESTÃO EDUCACIONAL



DIRETRIZES PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA REDE PÚBLICA DE ENSINO

MANAUS
2017

Arthur Virgílio Ribeiro do Carmo Neto
Prefeito de Manaus

Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt
Secretária Municipal de Educação

Euzeni Araújo Trajano
Subsecretária de Gestão Educacional

Bruno Guimarães da Silva
Subsecretário de Administração e Finanças

Thiago Balbi de Souza Lima
Subsecretário de Infraestrutura e Logística

Marcionília Bessa da Silva
Diretora do Departamento de Gestão Educacional

Suely da Silva
Chefe da Divisão de Ensino Fundamental

Elaboração
Comitê Municipal de Educação do Campo

MEMBROS DO COMITÊ MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

Departamento de Gestão Educacional

Marcionília Bessa da Silva - Presidente

Divisão de Ensino Fundamental

Waldiléia do Socorro Cardoso Pereira - Coordenação

Auriédia Marques da Costa

Klecia Maia Ferreira

Marlenilza Marinho Reis

Divisão Distrital Zona Rural

Edilene Ferreira Pinheiro

Emerson Batista de Araújo

Gilson Gean Marcelo da Silva

Marilene de Souza Gomes

Odonias Neves Lins

Patrícia Tavares de Araújo

Gerência de Educação Escolar Indígena

Rossini Pereira Maduro

Gerência de Educação de Jovens e Adultos

Rossicleide Romão da Cruz

Centro Municipal de Educação Especial

Francemary Maia de Lima

Gerência de Documentação e Auditoria Escolar

Izabel Martins dos Anjos

Divisão de Educação Infantil

Rosana Socorro Cavalcante de Souza Dutra

Divisão de Avaliação e Monitoramento

Nataliana de Souza Paiva

Divisão de Avaliação e Monitoramento

Núbia do Socorro Pinto Breves

Divisão de Desenvolvimento Profissional do Magistério

Edmilza dos Santos Ferreira

Giovanna Freire de Oliveira

Conselho Municipal de Educação

Rosilene de Souza Nascimento

Mary Jane Silva de Castro Nascimento

FICHA TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DA DIRETRIZ

Divisão de Ensino Fundamental

Auriédia Marques da Costa
Klecia Maia Ferreira
Maria Zeneide Rocha de Souza
Marlenilza Marinho Reis
Waldileia do Socorro Cardoso Pereira

Divisão de Educação Infantil

Ana Paula Lima Carvalho de Oliveira
Rosana Socorro Cavalcante de Souza Dutra
Cláudia Guimarães

Divisão de Desenvolvimento Profissional do Magistério

Edmilza dos Santos Ferreira
Giovanna Freire de Oliveira Lima

Divisão de Avaliação e Monitoramento

Nataliana de Souza Paiva
Núbia do Socorro Pinto Breves

Divisão de Apoio a Gestão Escolar

Janismar Gomes

Gerência de Educação de Jovens e Adultos

Rossicleide Romão da Cruz

Gerência de Creches

Claudia Regina Rodrigues Nazaré Magalhães
Wissilene Nelson de Oliveira Brandão

Divisão Distrital Zona Rural

Gilson Gean Marcelo da Silva

Odonias Neves Lins
Patrícia Tavares de Araújo

Gerência de Educação Especial

Cíntia Cavalcante Rodrigues

Conselho Municipal de Educação

Mary Jane Silva de Castro Nascimento

Rosilene de Souza Nascimento

Capa e diagramação

Pedro Augusto Vieira

IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

Prefeitura de Manaus

Unidade Patrocinadora

Secretaria Municipal de Educação de Manaus

Unidade Executora

Secretaria Municipal de Educação de Manaus

Unidade Responsável

Quadros e Siglas

ADE – Avaliação de Desempenho do Estudante
AE (Avaliações Externas)
AEE – Atendimento Educacional Especializado
AEI – Avaliação de Educação Infantil
AGI – Avaliação de Gestão Institucional
ANA – Avaliação Nacional da Alfabetização
ANEB – Avaliação Nacional da Educação Básica
ANRESC - Avaliação Nacional do Rendimento Escolar
ARE – Avaliação de Rendimento Escolar
BNCC – Base Nacional Comum Curricular
CEB – Conselho de Educação Básica
CF – Constituição Federal
CMEE – Centro Municipal de Educação Especial
CNE – Conselho Nacional de Educação
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
DAM – Divisão de Avaliação e Monitoramento
DCNEI – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil
DCNs – Diretrizes Curriculares Nacionais
DDPM – Divisão de Desenvolvimento Profissional do Magistério
DDZR – Divisão Distrital Zona Rural
DEF- Divisão de Ensino Fundamental
DEGE – Departamento de Gestão Educacional
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA – Educação de Jovens e Adultos
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GT- Grupo de Trabalho
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDE-MANAUS – Índice de Desenvolvimento da Educação da Rede Municipal
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
JAAVAS - Jogos Adaptados André Vidal de Araújo
LBI – Lei Brasileira de Inclusão

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

MEC – Ministério da Educação e Cultura

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PAARC – Programa de Atividades Adaptada para Reeducação Comportamental

PAMA – Programa de Atividades Motoras Adaptadas

PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola

PEI – Projeto de Educação Itinerante

PEMULT – Programa Especializado Multiprofissional

PIC – Programa Implante Coclear

PISA – Programa Internacional de Avaliação dos Alunos

PME – Plano Municipal de Educação

PNAIC – Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa

PNE – Plano Nacional de Educação

PPP – Projeto Político-Pedagógico

PROALE – Programa de Alfabetização, Leitura e Escrita

PRONACAMPO – Programa Nacional de Educação do Campo

PRONERA – Programa Nacional de Educação e Reforma Agrária

SADEM - Sistema de Avaliação de Desempenho Educacional de Manaus

SAEB – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica

SAEDE – Sistema de Avaliação do Desempenho Escolar de Manaus

SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão.

SEDUC – Secretaria de Educação e Cultura

SEMED- Secretaria Municipal de Educação

SIGAP – Sistema de Gestão de Aplicação

UEX – Unidade Executora

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

Lista de quadros

Quadro 1: Dispositivos Legais da Educação do Campo.

Quadro 2: dimensões do PPP.

Quadro 3: marco situacional do PPP.

Quadro 4: Aspectos fundamentais do Projeto Político-Pedagógico

Quadro 5: Organização do Ensino Fundamental do Ensino de 09 anos

Quadro 6: sugestão de turmas multisseriadas.

Quadro 7: organização das turmas Anos Finais.

Quadro 8: organização das avaliações.

Quadro 9: Organograma do Saeb.

Quadro 10: organização das turmas da Educação Infantil.

SUMÁRIO

1.	Apresentação.....	15
2.	Objetivo.....	18
3.	Identidade Estratégica de Secretaria Municipal de Educação.....	19
4.	Legislações educacionais relativas à Educação do Campo.....	20
5.	Marco Referencial.....	29
6.	Departamento de Gestão Educacional - DEGE	34
6.1	Projeto Político-Pedagógico nas escolas do campo - PPP	34
6.2	Fundamentos Filosóficos.....	34
6.3	Visão de mundo.....	35
6.4	De sociedade.....	35
6.5	De ser humano.....	35
6.6	De Educação.....	36
6.7	Fundamentos sócio-antropológicos.....	36
6.8	Orientações Gerais para elaboração do Projeto Político-Pedagógico.....	37
7.	Divisão de Ensino Fundamental-DEF.....	43
7.1	As Turmas Multisseriadas.....	47
7.2	O Planejamento Interdisciplinar na sala de aula.....	50
7.3	O Calendário escolar diferenciado como peculiaridade da Ed. no Campo	53
7.4	O Diário de Classe multisseriado na turma multisseriada.....	54
7.5	A Educação Integral nas Escolas do Campo.....	56
7.6	O Projeto de Educação Itinerante - Anos finais.....	56
7.7	O Programa Escola da Terra.....	59
7.8	Pacto de Alfabetização na Idade Certa - PNAIC.....	61
7.9	Programa de Correção de Fluxo.....	63
7.10	Gerencia de Educação de Jovens e Adultos - GEJA.....	63
7.11	Educação Especial nas Escolas do Campo.....	66
7.12	A Base Nacional Comum Curricular - BNCC.....	83
8.	Divisão de Apoio a Gestão Escolar - Programas e Projetos.....	85
8.1	Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE.....	85
8.2	Programa Novo Mais Educação - PNME.....	86
8.3	Programa PDDE - Água na Escola	86
8.4	Programa PDDE - Campo.....	87

8.5 Programa PDDE – Atleta na Escola.....	88
8.6 Programa PDDE – Escola Sustentável.....	89
8.7 Programa Escola Comunidade.....	90
8.8 Programa Mais Cultura.....	90
8.9 Programa Escola Acessível.....	90
8.10 PDE Escola.....	91
8.11 Conselho Escolar.....	91
9. Gerência de Documentação e Auditoria Escolar - GDAE.....	93
9.1 Calendários diferenciados.....	93
10. Divisão de Avaliação e Monitoramento - DAM	94
10.1 Sistema de Avaliação e Desempenho Educacional de Manaus - SADEM.....	94
10.2 Avaliação de Gestão Institucional - AGI	95
10.3 Avaliação de Rendimento - ARE	95
10.4 Avaliação de Desempenho do Estudante - ADE.....	96
10.5 Avaliações Externas.....	98
10.5.1 Provinha Brasil.....	94
10.5.2 Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA).....	100
10.5.3 Prova Brasil.....	101
10.5.4 Programme for International Student Assessment (PISA).....	102
10.5.5 Pré-testes.....	104
11. Divisão de Desenvolvimento Profissional do Magistério - DDPM.....	106
12. Divisão de Educação Infantil do Campo - DEI	111
12.1 As Atividades de Rotina da Educação Infantil.....	115
12.2 Organização do Tempo Didático.....	117
12.3 Educação Infantil e Comunidade.....	119
12.4 Organização Pedagógica da Educação do Campo na fase creche.....	120
12.5 Planejamento e Avaliação na Educação Infantil do Campo.....	125
13. Considerações.....	128
14. Referências Bibliográficas.....	130

1 APRESENTAÇÃO

A Secretaria Municipal de Educação de Manaus tem caminhado na intenção de avançar em relação às políticas públicas para Educação do Campo, seguindo desse modo às orientações nacionais e cumprindo com que está previsto na Constituição Federal de 1988, conforme artigo 205 que rege:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (CF, 1988, art. 205).

O Plano Nacional de Educação (PNE/2014), o Plano Municipal de Educação (PME/2015) bem como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em seu artigo 53 ao afirmar que “a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”, ressaltam o direito a educação.

A Secretaria tem desenvolvido diversos modos de acompanhamento das ações pedagógicas nas escolas do campo por meio do Departamento de Gestão Educacional - DEGE da Divisão de Ensino Fundamental - DEF e da Divisão Distrital Zona Rural - DDZR que atuam nas escolas com assessoramento *in loco*.

Diante dos desafios que apresentam as escolas inseridas na área rural de Manaus, partindo da compreensão e necessidade de construir um novo processo de planejamento e prática pedagógica que respondesse à realidade destas escolas, a Secretaria Municipal de Educação constituiu, no ano de 2015, o Comitê Municipal de Educação do Campo, composto de diferentes setores da Secretaria de Educação para pensar, articular espaços de discussão objetivando a elaboração das Diretrizes Pedagógicas para Educação do Campo como um documento que pudesse abarcar as especificidades referentes aos processos pedagógicos das escolas situadas em área rural. Esse documento seria resultante de escuta democrática dos sujeitos envolvidos na educação das escolas do campo de modo a responder as suas reais necessidades.

O Comitê foi formado com representantes dos setores da secretaria tendo como presidente a diretora do Departamento de Gestão Educacional – DEGE e como coordenação a representatividade da Divisão de Ensino Fundamental – DEF. Desse modo, visa o redimensionamento do atendimento pedagógico desde a Educação Infantil, as salas multisseriadas nos Anos Iniciais, o Projeto de Educação Itinerante nos Anos Finais, a Educação de Jovens e Adultos e demais modos regulares de atendimento aos estudantes.

O Comitê Municipal de Educação do Campo organizou coletivamente momentos de escuta nas diversas comunidades onde as escolas se inserem, a fim de ter essa consulta prévia sobre as necessidades das mesmas. Esse momento realizado para consulta prévia, foram denominados de Pré-fóruns que culminariam no I Fórum Municipal de Educação do Campo. Os pré-fóruns ocorreram nas comunidades da zona rural ribeirinha rio Negro e rio Amazonas e da zona rural rodoviária BR 174 e da AM 010, no mês de junho de 2016, neles foi possível contar com a participação de todos os profissionais das escolas da área rural, dos representantes dos setores da secretaria, dos representantes das comunidades e dos membros do Comitê.

Vale destacar a importância da teoria dialógica de Paulo Freire que se constituiu em elemento fundamental para nortear as atividades de escuta democrática nesses momentos. Para elaborar as atividades do comitê, foram realizados vários momentos de reunião durante o ano de 2015 e 2016, neles se discutiu estratégias para o atendimento nos pré-fóruns onde todas as ações tiveram sempre com base várias pesquisas realizadas em outros estados, pesquisa na legislação vigente, assim como na escuta advinda dos assessoramentos pedagógicos e também nas ferramentas de registro da gestão integrada que atua nas escolas da secretaria desde o ano de 2014.

Destacamos que a coordenação do comitê se deslocou até o município de Santarém no Pará para observar projetos inovadores de atendimento à área rural assim como, participou de evento nacional na Universidade de São Carlos em São Paulo, onde foram discutidos novos tipos de atendimento e políticas públicas para esse intento.

Nos pré-fóruns foram eleitos delegados para representar cada uma das categorias presentes no evento tais como:

- a) GT de estudantes da Educação Infantil;
- b) GT de estudantes do Ensino Fundamental Anos Iniciais;
- c) GT de estudantes do Ensino Fundamental Anos Finais;
- d) GT de estudantes do Ensino Fundamental EJA;
- e) GT de gestores e pedagogos;
- f) GT de professores;
- g) GT de comunitários e pais de estudantes.

Os delegados eleitos nas escolas durante os pré-fóruns participaram do I Fórum Municipal de Educação do Campo, o qual se realizou em agosto de 2016. No I Fórum foi possível dialogar para pontuar as reais necessidades das escolas e de cada comunidade. Foi elaborado um documento a partir desses eventos no formato de relatório, o mesmo veio incorporar as políticas públicas educacionais para as escolas em área rural do município de Manaus e de fato teve como referência o contexto apresentado pelos próprios participantes dos Pré-fóruns em cada comunidade.

As Diretrizes pedagógicas para a Educação do Campo que ora se apresenta é fruto do esforço conjunto de estabelecer a organização pedagógica para as escolas situadas na área rural do município de Manaus, e, quer ser uma resposta às especificidades que esta realidade apresenta, bem como garantir o direito a uma educação que respeite os espaços geográficos e sociais no processo de aprendizagem.

Nesse sentido as Diretrizes Pedagógicas apresentadas se constituem como um marco na Secretaria Municipal de Educação de Manaus e assume todo um significado de reconhecimento, reafirmação e pertencimento. Reconhecimento, por parte do Estado quanto à existência de um espaço rural que permanece em convivência com o urbano, mesmo quando este parece exercer predomínio, contudo este espaço geográfico e simbólico está presente e se coloca como reafirmação de um modo de existência e resistência de populações que precisam ser consideradas em suas diferentes e complexas dimensões.

2. OBJETIVO

As Diretrizes Pedagógicas para escolas do campo na rede pública tem como objetivo estabelecer processos de organização pedagógica que responda as reais necessidades das escolas situadas em área rural, fazendo cumprir as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE/2014) e Plano Municipal de Educação (PME/2015).

3. IDENTIDADE ESTRATÉGICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Missão

Garantir educação básica de qualidade, assegurando o acesso, a inclusão, a permanência e a formação dos estudantes, desenvolvendo competências e habilidades acadêmicas às transformações sociais, bem como a valorização dos profissionais da educação.

Visão

Ser referência nacional em educação básica pela excelência no desempenho de nossos alunos.

Valores

Os valores são Ética, transparência, compromisso, inovação, respeito e excelência.

4. LEGISLAÇÕES EDUCACIONAIS RELATIVAS À EDUCAÇÃO DO CAMPO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN N. 9.394/96 em seu artigo 28 assim como as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação do Campo de 2002 e Portaria N. 86 de 1º de fevereiro de 2013 que institui o PRONACAMPO - Programa Nacional de Educação do Campo, ambas destacam que os processos pedagógicos das escolas localizadas em área rural precisam considerar diversos aspectos relacionados a cultura, a história das comunidades, a realidade geográfica e demais condicionantes que envolvem as populações do campo.

O Plano Municipal de Educação - PME Lei n. 2.000, de 24 de junho de 2015 apresenta 20 metas com estratégias específicas para Educação do Campo conforme a seguir;

Meta 01

1. Meta 1: Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PME.

Estratégias:

1.11 fomentar o atendimento das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas na educação infantil nas respectivas comunidades, por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta, limitando a nucleação de escolas e o deslocamento de crianças, de forma a atender às especificidades dessas comunidades, garantido consulta prévia e informada;

Meta 02: Universalizar o ensino fundamental de nove anos para toda a população de seis a quatorze anos e garantir que pelo menos noventa e cinco por cento dos estudantes concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.

Estratégias:

2.7 oferecer e desenvolver o funcionamento de tecnologias pedagógicas que articulem a organização do tempo, do currículo e atividades didáticas contextualizadas com a escola e ambientes comunitários considerando as especificidades da educação especial das escolas do campo comunidades indígenas e quilombolas;

2.8 garantir, no âmbito do Sistema Municipal de Ensino, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo a adequação do currículo, do calendário e da avaliação escolar interna e externa de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da região.

Meta 03: Colaborar com o Estado do Amazonas na universalização, até 2016, do atendimento escolar para toda a população de quinze a dezessete anos e elevar, até o final do período de vigência deste PME, na taxa líquida de matrículas no ensino médio para oitenta e cinco por cento no município de Manaus.

Estratégias:

3.5 criar programas, em âmbito municipal, de educação e de cultura para a população urbana e do campo, na faixa etária de quinze a dezessete anos, em regime de colaboração entre os entes federados para qualificação social e profissional para aqueles que estejam fora da escola e com defasagem no fluxo escolar.

Meta 04: Universalizar, para a população de quatro a dezessete anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Estratégia:

4.3 implantar, no prazo de três anos, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado nas escolas urbanas, do campo, indígenas e de comunidades quilombolas, contemplando ainda a formação em educação para as relações étnico-raciais, diversidade sexual e gênero, diversidade religiosa e educação em direitos humanos.

Meta 5: Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o fim do terceiro ano do ensino fundamental.

Estratégia:

5.6 estimular a alfabetização de crianças do campo, indígenas, quilombolas e de populações itinerantes, com a produção de materiais didáticos específicos, e desenvolvimento de instrumentos de acompanhamento que considerem o uso da língua materna pelas comunidades indígenas e a identidade cultural das comunidades quilombolas.

Meta 06: Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, cinquenta por cento das escolas públicas municipais, de forma a atender, pelo menos, vinte e cinco por cento dos alunos da educação básica municipal.

Estratégia:

6.7 garantir o oferecimento e atendimento às escolas do campo e de comunidades indígenas e quilombolas quanto à oferta de educação em tempo integral por meio da construção do “Complexo de Educação Específico” na zona rural ribeirinha, por pólo.

Meta 7: Fomentar a qualidade da educação básica municipal nas etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, conforme tabelas abaixo:

Estratégia:

7.28 consolidar a educação escolar no campo de populações tradicionais, de populações itinerantes e de comunidades indígenas e quilombolas, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários e garantindo: o desenvolvimento sustentável e preservação da identidade cultural; a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições, considerada as práticas socioculturais e as formas particulares de organização do tempo; a oferta bilíngue na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, em língua materna das comunidades indígenas e em língua portuguesa; a reestruturação e a aquisição de equipamentos; a oferta de programa para a formação inicial e continuada de profissionais da educação; e o atendimento em educação especial.

Meta 8: Elevar a escolaridade média da população de dezoito a vinte e nove anos, de modo a alcançar, no mínimo, doze anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no país e dos vinte e cinco por cento mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Meta 9: Elevar a taxa de alfabetização da população com quinze anos ou mais para noventa e três inteiros e cinco décimos por cento até 2016 e, até o final da vigência deste PME, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em cinquenta por cento a taxa de analfabetismo funcional.

Meta 10: Oferecer, no mínimo, vinte e cinco por cento das matrículas de educação de jovens e adultos, no ensino fundamental, na forma integrada à educação profissional.

Estratégia:

10.3 fomentar a integração da educação de jovens e adultos, em regime de colaboração, com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público da educação de jovens e adultos e considerando as especificidades das populações itinerantes e do campo e das comunidades indígenas e quilombolas, inclusive na modalidade de educação à distância;

Meta 11: Colaborar com entes federados na triplicação das matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos cinquenta por cento da expansão no segmento público no município de Manaus.

Meta 12: Colaborar com o Estado e a União na elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público no município de Manaus.

Meta 13: Monitorar a elevação da qualidade da educação superior e ampliada proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para setenta e cinco por cento, sendo, do total, no mínimo, trinta e cinco por cento doutores nas universidades públicas situadas no município de Manaus.

Meta 14: Colaborar com os entes federados para a elevação gradual do número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação anual de sessenta mil mestres e vinte e cinco mil doutores.

Meta 15: Garantir, em regime de colaboração com a União e o município de Manaus, no prazo de um ano de vigência deste PME, política municipal de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do artigo 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores da educação básica municipal possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Estratégia:

15.5 garantir a participação docente nos programas específicos promovidos pelo Estado do Amazonas e pela União para a formação dos profissionais da educação para as escolas do campo e de comunidades indígenas e quilombolas e para a educação especial;

Meta 16: Formar, em nível de pós-graduação, cinquenta por cento dos professores da educação básica municipal, até o último ano de vigência deste PME, e garantir a todos os profissionais da educação básica municipal formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações do sistema de ensino municipal.

Meta 17: Valorizar os profissionais do magistério da Rede Pública Municipal de Educação de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PME.

Meta 18: Assegurar, no primeiro ano de vigência deste PME, a reformulação do Plano de Cargo, Carreira e Remuneração dos profissionais da educação básica pública municipal tomando como referência o piso salarial nacional profissional, definido em Lei Federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

Estratégias:

18.3 promover concurso público considerando as especificidades socioculturais das escolas do campo e das comunidades indígenas e quilombolas no provimento de cargos efetivos para nessas escolas;

18.5 considerar as especificidades socioculturais das escolas do campo e das comunidades indígenas e quilombolas no provimento de cargos efetivos para essas escolas.

Meta 19: Assegurar condições, no prazo de um ano, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas municipais, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

Meta 20: Garantir recursos destinados à Educação Pública Municipal de no mínimo vinte e cinco por cento e que alcance trinta por cento, até ao final do decênio, resultantes das receitas orçamentárias, para manutenção e desenvolvimento do ensino que assegure o atendimento, a necessidade de expansão, com padrão de qualidade e equidade e na valorização dos profissionais da educação.

LEGISLAÇÕES NACIONAIS	
Constituição Federal de 1988 Capítulo da Educação	Educação, direito de todos e dever da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania.
LDBEN nº 9.394 de 1996 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional	A Educação Básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.
Lei Federal nº 13.005/2014	Plano Nacional de Educação - PNE.
Decreto Federal nº 7.352/2010	Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA.
Portaria nº 68 2012-MEC	Ampliação da participação das escolas do campo no Programa Nacional de Tecnologia Educacional – PROINFO, por meio do PRONACAMPO.
Portaria nº 579 de 2013-MEC	Escola da Terra.
Portaria nº 86/2013-MEC	Programa Nacional de Educação do Campo PRONACAMPO.
Lei Federal nº 11.645 de 2008	Inclusão no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática Histórica e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CNE/CEB			
Parecer 36/2001	CNE/CEB	nº	Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo
Resolução 01/2002	CNE/CEB	nº	
Parecer 23/2007	CNE/CEB	nº	Orientações para o atendimento da Educação do Campo
Resolução 02/2008	CNE/CEB	nº	Diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo.
Resolução 04/2010	CNE/CEB	nº	Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – CME/MANAUS			
Resolução nº 40/CME/2013			Proposta de Reestruturação do Projeto Educação Itinerante
Resolução nº 04/CME/2014			Normas e procedimentos para o funcionamento do Projeto de Educação Itinerante
Resolução nº 38/CME/2015			Regimento Geral das unidades de ensino da Rede Municipal de Ensino
Resolução 005/CME/2016			Estabelece normas, diretrizes e princípios aplicados à Educação Básica no Sistema Municipal de Ensino de Manaus
Resolução 011/CME/2016			Institui novos procedimentos e orientações para a Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva no Sistema Municipal de Ensino de Manaus
Resolução 007/CME/2017			Define as Diretrizes curriculares e estabelece normas para a forma e funcionamento da Educação Infantil na Rede Pública Municipal de Ensino de Manaus

LEGISLAÇÕES CORRELATAS

Lei Municipal nº 2000/2015	Plano Municipal de Educação de Manaus-PME
----------------------------	---

Quadro 1: Dispositivos Legais da Educação do Campo. Fonte: CME/ 2016

5. MARCO REFERENCIAL

A modalidade Educação do Campo emerge como resposta a um processo histórico de reivindicações e luta das populações das áreas rurais no Brasil, é especialmente encabeçada pelos movimentos sociais e pela educação popular. A organicidade do processo se legitima pela necessidade de que os processos estruturantes da ação pedagógica nas escolas do campo (ou da floresta) sejam contextualizados com as realidades e com a territorialidade da qual fazem parte seus sujeitos.

A organização pedagógica das escolas do campo no município de Manaus fundamenta-se nos dispositivos legais: LDBEN nº 9.394/96, Resolução CNE/CEB nº 1 de 03/04/2002- Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo e Portaria nº 86/2013-MEC/SECADI – PRONACAMPO - Programa Nacional para Educação do Campo e também se concatena ao que está sendo implementado pela nova Base Nacional Comum Curricular - BNCC.

A Proposta Pedagógica relacionada aos Programas Educacionais da Secretaria Municipal de Educação é o documento balizador e atende as legislações acima citadas. As escolas situadas em áreas rurais são orientadas a desenvolverem seu trabalho pedagógico a partir da orientação pedagógica da secretaria com apoio de Projetos e Programas e organizações pedagógicas tais como: Programa de Correção de Fluxo e Reforço Escolar, tal como Projeto de Educação Itinerante, Programa Federal Escola da Terra, Pacto Nacional da Alfabetização na Idade Certa, Pós-graduação em Educação do Campo, Programas Federais, Matemática Viva, Viajando na Leitura, Educação integral, Bloco Pedagógico entre outros.

Tais projetos e programas atendem os estudantes com atenção nas estratégias didáticas a serem implementadas no ensino e aos professores que atuam no Ensino Fundamental com formação continuada buscando melhorias para o processo de ensino aprendizagem dos estudantes nas escolas situadas em área rural.

A Secretaria tem participado das discussões da nova Base Nacional Comum Curricular e deverá organizar sua proposta curricular com base na BNCC devendo incluir aspectos voltados para Educação do Campo, uma vez que o currículo aplicado no processo pedagógico das escolas em área rural ainda é urbanocêntrico. O currículo específico para essas escolas ainda é um anseio não materializado, apesar de sabermos que existem tentativas de se consolidar um modelo específico de modo a satisfazer essa realidade. A secretaria por meio do Grupo de trabalho em Educação do Campo tem a intenção de prosseguir com os estudos e escuta das comunidades escolares para finalmente elaborar uma proposta que responda verdadeiramente as necessidades das escolas do campo, das águas e das florestas.

Os processos relacionados às questões da Educação do Campo são historicamente marcados pelas lutas sociais. Diante disso e com o objetivo de dirimir as diferenças entre campo e cidade, no sentido de retirar a desqualificação apregoada a população do campo diante da população da cidade, o Conselho Nacional de Educação - CNE aprovou no ano de 2002 as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Segundo Caldart (2004) “estas normativas contemplam um grupo de preocupações, conceitos e estruturas presentes em reivindicações históricas de movimentos sociais, como o reconhecimento e a valorização dos povos do campo, de organização da escola, entre outras”.

Referenciais prioritários segundo Caldart (*apud* Borges 2004)

- Pensamento pedagógico socialista qual associa o processo histórico de produção do trabalho com o processo de aprendizagem e cultura local;
- Pensamento pedagógico da pedagogia do oprimido o qual legitima processo pedagógico emancipatório dos sujeitos;

➤ Pensamento pedagógico da pedagogia do movimento pautada nos fazeres dos movimentos sociais.

Princípios filosóficos da educação do campo

- Educação para a transformação social: educação de classe, organicamente vinculada ao movimento social, aberta ao mundo para a ação e aberta para o novo.
- Educação para o trabalho e a cooperação.
- Educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana.
- Educação com/para valores humanistas e socialistas.
- Educação como um processo permanente de formação/transformação humana.

Princípios pedagógicos da educação do campo

- Relação entre teoria e prática.
- Combinação metodológica entre processo de ensino e de capacitação.
- A realidade como base da produção do conhecimento.
- Conteúdos formativos socialmente úteis.
- Educação para o trabalho e pelo trabalho.
- Vínculo orgânico entre processos educativos e processos políticos.
- Vínculo orgânico entre processos educativos e processos econômicos.
- Vínculo orgânico entre educação e cultura.
- Gestão democrática.
- Auto-organização dos estudantes.
- Criação de coletivos pedagógicos e formação permanente dos educadores/das educadoras.
 - Atitude e habilidades de pesquisa.
 - Combinação entre processos pedagógicos coletivos e individuais.

Ações preventivas para o desenvolvimento pedagógico

- Aproximação do ensino com a realidade dos estudantes.
- Valorização dos saberes do campo.
- Uso de espaços alternativos de ensino.
- Aprofundamento dos conhecimentos, relacionando-os com os produzidos fora do contexto rural.

➤ Abertura da escola para a participação ativa da comunidade e contato com outras escolas do campo para a troca de experiências.

Trata-se de procedimento importante para elaboração do planejamento pedagógico para Escolas do Campo segundo Sant'Ana e Menegolla (*apud* Borges 2005) ao que acrescentamos mais detalhes:

1° Passo: Estudo da realidade social, política e econômica da comunidade;

2° Passo: Sondagem diagnóstica para estabelecer metas dentro do que é possível alcançar, como alcançar e como avaliar os resultados obtidos;

3° Passo: Estudo filosófico-cultural sobre fatores que podem interferir no processo pedagógico;

4° Passo: Organizar o trabalho pedagógico por eixos temáticos relacionados à realidade do município;

5° Passo: Trabalhar os níveis conceituais cognitivos do desenvolvimento dos estudantes.

A realidade encontrada nessas instituições muitas vezes foge ao que estamos habitualmente acostumados a referenciar como unidade escolar. Davis & Gatti (1993, p. 78), observam em pesquisa que uma “escola isolada” tem muitas dificuldades e entre estas perpassa a questão da localização, (físico/estrutural, curricular, pedagógico dentre outros) dando uma dimensão sociopolítica a essas dificuldades, as dificuldades impõem previamente limites no ato de ensinar/aprender muitas vezes (mal) entendidos como causa/consequência da organização multisseriada nas turmas entre outros aspectos.

Em se tratando da prática pedagógica que se desenvolve nas escolas do campo, é preciso entender que esse processo ensino/aprendizagem se constituirá em um meio diverso, e que há várias vivências e experiências na sua diversidade. É preciso entender também, que, a educação se estabelece não só e puramente nos arredores escolares, mas, também se articula no contexto familiar, na relação humana, no trabalho, nos atos religiosos e outras. Segundo documento da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura - CONTAG “a educação do campo é maior que a escola, pois, está presente no movimento e na organização

do povo. Embora, a escolarização seja importante, ela é apenas um dos tempos e espaços da formação humana, não é toda a educação” (CONTAG, s/d, p.7).

Desse modo a construção de práticas educativas em Escolas do Campo deve se basear em diferentes iniciativas que vise uma melhor qualidade de vida, abordando o mundo do trabalho, buscando sempre elevar autoestima de ser agricultor ou agricultora ou de estar inserido em outras frentes de trabalho conforme a comunidade em que habita.

Trata-se de valorizar a identidade das pessoas que habitam na área rural desmistificando o ideário da vida urbana como melhor do que a vida rural. A sustentação desse trabalho pedagógico requer resposta para seguinte pergunta; que metodologia adotar? Deve ser adequada a realidade do campo, resgatando os materiais disponíveis no meio ambiente.

Nesse processo o professorado não é o único a ter conhecimento, embora tenha papel fundamental na aprendizagem dos estudantes. É importante considerar os conhecimentos dos pais, estudantes, técnicos e lideranças da comunidade sobre as diferentes temáticas a serem trabalhadas, tudo isso deve ser incluído na proposta de trabalho para Educação do Campo.

Entendemos que é preciso pensar um novo processo de planejamento e prática pedagógica para essa realidade nas escolas do campo. Nessa caminhada a Secretaria Municipal de Educação de Manaus tendo em vista essa realidade realizou em 2016 o I Fórum Municipal de Educação do Campo de Manaus a fim de escutar e dialogar com todos os professores, gestores, estudantes, comunidade, lideranças comunitárias e trabalhadores da educação em geral para construir a nova diretriz pedagógica para escolas da área rural.

6. DEPARTAMENTO DE GESTÃO EDUCACIONAL - DEGE

O Departamento de Gestão da Secretaria Municipal de Educação dentro da estrutura operacional da secretaria atua como órgão de atividades finalísticas ligado a Subsecretaria de Gestão Educacional, tem entre as várias competências dispostas no Regimento Interno sob o Decreto nº 2. 682 de 26 de dezembro de 2013 no artigo 38 inciso V “estabelecer diretrizes educacionais e normas pedagógicas e administrativas, em ação compartilhada com as unidades administrativas distritais, para o desenvolvimento da educação municipal; e VI “compatibilizar ações das unidades administrativas de ensino, garantindo a operacionalização da política educacional do Município.

De posse dessas atribuições, no ano 2016, devido a necessidade e interesse em potencializar e aprimorar todo o processo de elaboração, revisão e atualização do Projeto Político-Pedagógico das unidades de ensino de Manaus foi instituído uma Comissão interna por meio da Portaria nº 0123/ 2016 de 08/04/2016, composta por membros de diversos setores com autonomia para trabalhar o PPP das unidades de ensino da rede municipal.

6.1 Projeto Político-Pedagógico nas Escolas do Campo - PPP

Construir o Projeto Político-Pedagógico (PPP) é refletir sobre questões fundamentais que assegurem uma visão de totalidade do processo educativo. Assim tem-se uma visão da escola pública como espaço de democratização do saber e da formação plena do cidadão engajado na sua história e na sociedade na qual está inserida.

6.2 Fundamentos Filosóficos

O processo de formação do indivíduo humano, o pensar filosoficamente o processo educacional e a proposta filosófica assumida no projeto político-pedagógico requer tenhamos em mente essa relação dialética e constante entre o homem, a cultura, a história e os processos de objetivação/subjetivação decorrentes

dessa relação. Assim, no que concerne à sua concepção de mundo, de sociedade, de ser humano e de educação pode ser entendida e conceituada:

6.3 Visão de mundo

O mundo é onde se dão as interações intersubjetivas entre os seres humanos, caracterizados, pela diversidade tipicamente humana e pelo conhecimento. Devido às transformações cotidianas e a diversidade própria que a globalidade transpôs, torna-se necessário proporcionar aos seres humanos em processo de transformação, pela vida da educação formal, que se aproprie de um mundo calcado em valores materiais, políticos, culturais, espirituais, econômicos e morais.

6.4 De sociedade

Atualmente o quadro de sociedade de hoje é uma sociedade capitalista, competitiva, que baseia suas ações em resultados quantificáveis. Portanto, será necessário repensar na construção de uma sociedade crítica, liberta reflexiva, igualitária, democrática e inclusiva, fruto da análise sócio histórica típica de uma cultura e de uma sociedade tão rica e diversidade com a nossa.

6.5 De ser humano

Assim acreditamos que o ser humano é essencialmente social. Um ser humano capaz de modificar-se pela apropriação, produção da linguagem e das ferramentas simbólico-culturais ao mesmo tempo em que modifica a sociedade ao seu redor, num movimento ininterrupto e dialético, torna-se sujeito e objeto da história. Sob esse olhar acreditamos que o ser humano ultrapassa meras convenções de gênero e passa a ser visto como ser único, com identidade, inserido na coletividade e, dessa coletividade, se abastecendo e se humanizando.

6.6 De Educação

A educação será trabalhada como forma de ensino atendendo às diferenças dos estudantes, mas sem diferenciar o ensino para cada um, depende entre outras condições, de se abandonar um ensino transmissivo e de adotar uma pedagogia ativa, dialógica, interativa, integradora. Pensando numa educação fundamentada nestes princípios requer uma unidade de ensino que não se prenda a dogmas, conceitos e preconceitos estereotipados, o ideal será uma unidade de ensino moderna, inovadora, que valoriza as pessoas que dela fazem parte, ao mesmo tempo em que contribui para a felicidade, fortalecimento e socialização de seres humanos únicos em sua existência.

6.7 Fundamentos sócio antropológico

Quando se tratamos fundamentos sócio antropológicos específicos da comunidade escolar, levando em consideração o contexto sociocultural dos estudantes e de suas famílias; as concepções sobre as relações sociais estabelecidas no contexto familiar, comunitário e institucional; a participação na/da comunidade em projetos sociais públicos, filantrópicos e não-governamentais. Observando todos esses aspectos, será possível entender o contexto no qual nossos estudantes estão inseridos, os projetos de convivência a sociedade que faz parte, para assim propormos novas formas de trabalho pedagógico que contribuam para o desenvolvimento pleno desse ser humano como cidadão, de seu tempo, de sua cultura e de sua sociedade e/ou realidade.

Uma visão sócio antropológica que perceba o ser humano como alguém que, independente de classe social, origem étnica, preferencia sexual, grau de instrução, preferencia religiosa, seja capaz de produzir história cultura e sociabilidade, dará conta de desenvolver um processo educacional desvinculado de preconceitos e estereotípicos que congelam e engessam o processo educacional impedindo que se vejam as reais possibilidades dos estudantes.

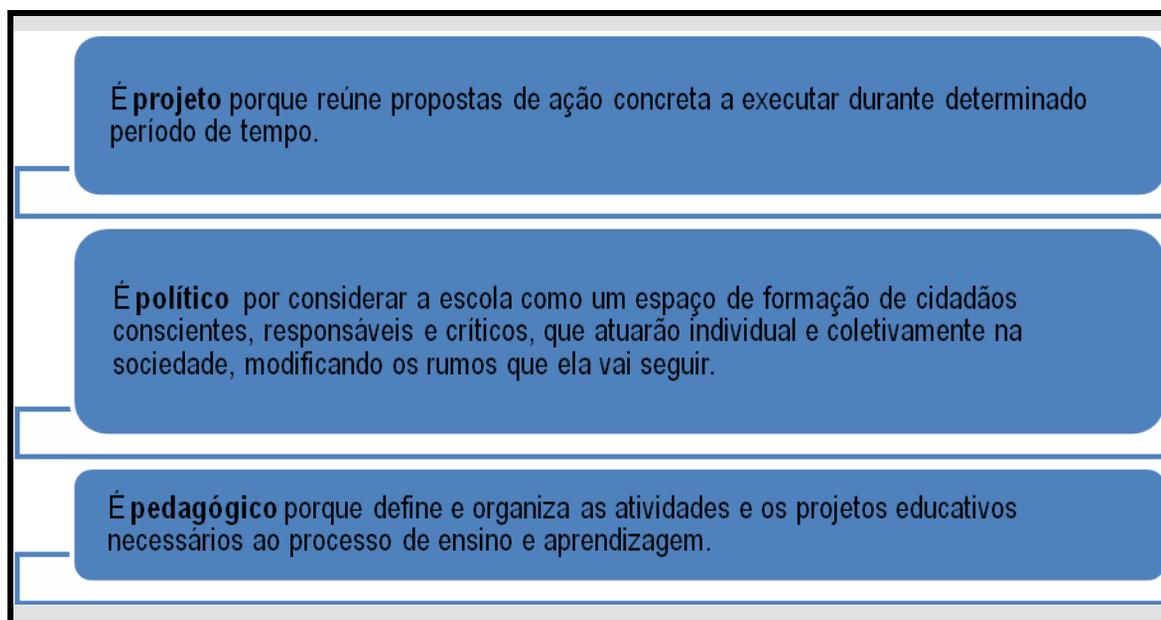
6.8 Orientações Gerais para a elaboração do Projeto Político-Pedagógico

Etimologicamente, a palavra projeto vem do latim projeto que significa lançar para diante. Pensar num projeto político-pedagógico é pensar na construção de um documento clarificador da ação educativa que revela a identidade da unidade de ensino, promovendo a vivência democrática necessária para a participação de todos os membros da comunidade escolar, resultante de um compromisso assumido coletivamente.

O que é? É a própria organização do trabalho pedagógico escolar como um todo, em suas especificidades, níveis e modalidades.

O que não é?

- ✓ Um agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas;
- ✓ Algo construído para ser arquivado como prova de tarefa burocrática: pronto e acabado para ser encaminhado às autoridades educacional;
- ✓ Tarefa específica do pedagogo, do coordenador pedagógico ou do Diretor.



Quadro 2: dimensões do PPP. Fonte: DEF/DEGE/2016.

A construção de um projeto político-pedagógico deve partir do pressuposto de que seus autores sejam eles docentes equipe técnica, estudantes, pais e/ou

representantes da comunidade local. Deste modo, essa construção precisa decorrer de um processo de profunda reflexão e investigação coletiva com a participação de toda comunidade escolar. Portanto, esperamos que, através das orientações do roteiro, o projeto político-pedagógico, se torne um instrumento cada vez mais condizente com o pensamento de todos os atores da unidade de ensino e o trabalho realizado por cada um deles.

Ao apresentarmos estas orientações para a construção e/ou elaboração do projeto político-pedagógico, nas unidades de ensino o objetivo da SEMED é contribuir para que o PPP seja construído coletivamente, fomentando as propostas que são diversas, pela especificidade das unidades de ensino do campo. Nesse sentido, abordaremos os seguintes tópicos que devem constar no projeto político-pedagógico:

Marco Referencial - A tomada de posição da unidade de ensino que planeja em relação à sua identidade, visão de mundo, utopia, valores, objetivos, compromissos. É localização da unidade de ensino em sua visão de homem, de mundo e de sociedade.



Quadro 3: marco situacional do PPP. Fonte: DEF/DEGE/2016.

Marco Situacional da Escola do Campo - É um olhar do grupo que planeja sobre a realidade em geral. É um processo de apropriação dos produtos da atividade social, isto é, produtos que são objetivação da atividade humana.

Marco Filosófico – Corresponde à direção ao horizonte maior, ao ideal geral da Unidade de Ensino.



Quadro 4: Aspectos fundamentais do Projeto Político-Pedagógico. Fonte: DEF/2016.

O Marco Operativo das Escolas do Campo expressa o ideal específico da instituição, ou seja, como desejamos que ela se posicione nas dimensões pedagógicas, administrativas e financeiras.

As Dimensões Pedagógicas são orientações sobre o desenvolvimento das práticas pedagógicas na escola, coerente com a opção pedagógica. Qual horizonte se quer para a ação. Como se deseja o processo de planejamento, o currículo, os objetivos, a metodologia, a avaliação, a relação professor-estudante, a disciplina, utilização dos espaços educativos da escola, reuniões pedagógicas, formação de professores, tecnologias da informação.

As Dimensões Administrativas como se deseja a estrutura e a organização da unidade de ensino, quem e como será seus dirigentes, a equipe de serviços, as condições objetivas de trabalho.

Dimensão financeira - Como se dará a administração e aplicação os recursos federais recebidos pela escola e a participação coletiva da gestão.

Será importante definir os objetivos gerais e específicos em relação aos problemas definidos, quanto a: contexto da unidade de ensino, características, resultados e convivência na unidade de ensino. Objetivos tornam explícita a finalidade do Projeto Político-Pedagógico. Delimitam com maior clareza o que se

pretende fazer de forma ampla. Esclarecem quais os resultados que se deseja obter e podem ser trabalhados e mensurados em dois tipos:

Objetivo Geral: Explicita as intenções globais do Projeto Político-Pedagógico.

Objetivos Específicos: Expressam direcionamento mais limitados exemplo: Que metas são pretendidas ao longo do trabalho?

Justificativa: Deve esclarecer as razões que justificam a importância da construção do Projeto Político-Pedagógico da unidade de ensino, trazendo o amparo legal atual da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDBEN 9394/96.

Diagnóstico: Análise da realidade diagnóstica da unidade de ensino e sua especificidade. Explicita e analisam criticamente problemas e necessidades da unidade de ensino em relação ao ensino e aprendizagem, organização do tempo e espaço, relações de trabalho na unidade de ensino.

Programação: É a ação proposta. Ou seja, a definição do que é necessário e possível fazer para diminuir a distância entre o que a unidade de ensino é e o que deveria ser. Incluindo objetivos, descrição das ações, responsáveis, período de execução, acompanhamento e avaliação.

É importante que o projeto político-pedagógico mantenha uma perspectiva intercultural e interdisciplinar para a valorização da educação do campo precisa ser aquele que dialogue com uma proposta efetiva de políticas públicas sérias que sejam elaboradas no nosso próprio lugar. Também importante ter uma comissão e/ou grupo de trabalho que organize as discussões grupais antes de levá-las a plenária. Essa mesma comissão/ grupo redigirá a versão final. A versão final deve refletir o processo de debate, para que todos se reconheçam no documento e também deve primar para os aspectos técnicos e de conteúdo, mas sem perfeccionismo, pois o projeto é dinâmico e deve estar em constante revisão. O diagnóstico e a programação da unidade de ensino devem ser revisto anualmente, até para a comunidade escolar dimensionar os avanços e os limites do processo.

Roteiro de planejamento para a elaboração do projeto político pedagógico:

Capa, folha de rosto, fichas técnicas, sumário e apresentação.

1. Dados de identificação
2. Histórico da escola
3. Marcos:
 - 3.1 Marco situacional
 - 3.2 Marco filosófico
 - 3.3 Marco operativo
4. Objetivos
 - 4.1. Geral
 - 4.2. Específicos
5. Diagnóstico
6. Programação
7. Avaliação do projeto político-pedagógico
8. Referências
9. Anexos
10. Apêndices

A Secretaria Municipal de Educação compreendem que a construção de uma unidade de ensino do campo verdadeiramente democrático, pública e de qualidade social, passa necessariamente pela construção coletiva do seu Projeto Político-Pedagógico. Ao orientar essa construção a secretaria reafirma o seu compromisso com a comunidade escolar no sentido de (re) repensar no quadro das unidades de ensino que temos e reafirma a unidade de ensino do campo que queremos consciente de que profissionais da educação e unidades de ensino estão em permanente processo de revisão de concepções e práticas que devem permear discussões e decisões coletivas no interior da unidade de ensino do campo. Alguns aspectos que devem ser pontos de atenção:

- ✓ O projeto político-pedagógico da escola é sempre um processo inacabado;
- ✓ O projeto político-pedagógico não é responsabilidade apenas da gestão da escola;
- ✓ Não existem duas escolas iguais por isso não deve existir padrão único.

- ✓ O aluno aprende apenas quando se torna sujeito de sua aprendizagem e para se tornar sujeito precisa participar das decisões que dizem respeito ao projeto pedagógico da escola.

7. Divisão de Ensino Fundamental – DEF

A Secretaria Municipal de Educação, por meio da Divisão de Ensino Fundamental em parceria com a Divisão Distrital Zona Rural reconhece as especificidades da Educação do Campo respaldadas em todas as legislações vigentes constituiu em 2015 o Comitê Municipal de Educação do Campo para organizar momentos de escuta nas comunidades com a finalidade de construção da Diretriz Pedagógica das Escolas do Campo em Manaus. O Comitê tem em sua formação a representatividade de todos os setores da Secretaria e da Divisão Distrital Zona Rural e tem trabalhado coletivamente na intenção de melhorar o atendimento educacional na área rural.

As Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo 2002 assim como Programa Nacional de Educação do Campo 2010 e ainda as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação do Campo 2013, busca-se promover o compromisso das instituições em relação ao atendimento dos aspectos específicos da Educação do Campo. A antiga Educação Rural passa a denominar-se Educação do Campo em respeito aos direitos da população de áreas rurais legitimando seu contexto seja caiçara, ribeirinho, quilombola, assentado, pescador, campesino, etc.

A Divisão de Ensino Fundamental em parceria com a Divisão Distrital Zona Rural – DDZ Rural já vem realizando o atendimento pedagógico as escolas do campo na perspectiva de alcançar as metas projetadas. Na busca de contemplar as especificidades das populações identificadas como população do campo, a intenção de todo trabalho desenvolvido implica em considerar os sujeitos do campo como uma realidade presente nos mais variados espaços territoriais. Implica em considerar características e peculiaridades se inclinam para uma grande diversidade cultural, ideológica e material.

Compreende-se, que a Educação do Campo tem um caráter metodológico próprio, tem sua organização curricular que pode ser desenvolvida por temas geradores, calendários específicos, pedagogia de alternância e ainda a existência das classes multisseriadas. Tais características deixam claro o caráter diversificado da Educação do Campo conforme Borges (2004), tais características nos levam a

perceber seu caráter de uma educação de Diversidade. Nesse caso o Ensino Fundamental se traduz como um direito público subjetivo, como dever do Estado e da família. Segundo a Constituição Federal, “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

É imprescindível que as escolas do campo trabalhem considerando cada etapa da educação como aquela capaz de assegurar a cada um e a todos, o acesso ao conhecimento e aos elementos da cultura indispensáveis para o desenvolvimento pessoal e para a vida em sociedade. Também deve contemplar os benefícios de uma formação comum, independentemente da grande diversidade da população escolar e das demandas sociais. A organização das escolas do campo segue conforme estabelecido para o Ensino Fundamental na Secretaria Municipal de Educação, desse modo está definida conforme quadro abaixo:

ANOS INICIAIS					ANOS FINAIS			
BLOCO PEDAGÓGICO								
1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	5º ANO	6º ANO	7º ANO	8º ANO	9º ANO
6 ANOS	7 ANOS	8 ANOS	9 ANOS	10 ANOS	11 ANOS	12 ANOS	13 ANOS	14 ANOS

Quadro 5: Organização do Ensino Fundamental do Ensino de 09 anos Fonte: DEF/SEMED - 2016.

As especificidades previstas na organização das escolas do campo no município de Manaus atendem as legislações vigentes e desse modo a escola do campo se organiza com sua identidade mantida e fortalecida por meio de ferramentas legais como o Projeto Político Pedagógico ou PPP. Sobre as classes multisseriadas e sua enturmação recomenda-se que as escolas que atendem desse modo organizem dentro de suas possibilidades reais, as turmas com estudantes do 1º ao 3º ano e turmas com estudantes do 4º e 5º ano conforme sugestão abaixo:

Sugestão para organização das salas multisseriadas Anos Iniciais

TURNO MATUTINO	TURNO VESPERTINO
Turma A 1º ao 3º ano	Turma C 1º ao 3º ano
Turma B 4º e 5º ano	Turma D 4º e 5º ano

Quadro 6: sugestão de turmas multisseriadas. Fonte: GT ed, Campo /DEF/DDZ Rural/ 2016

A organização das turmas desse modo possibilita o fazer pedagógico do professor e conseqüentemente a aprendizagem dos estudantes. Nesse Modelo o professor poderá trabalhar com a metodologia de monitoria de estudantes por meio da qual aqueles que conseguem avançar na aprendizagem podem auxiliar o trabalho do professor junto aqueles estudantes que tem mais dificuldades na aprendizagem. Em relação ao planejamento pedagógico na Educação do Campo é necessário que seja visto a contextualização da realidade, que sejam utilizadas estratégias para favorecer a aprendizagem fortalecendo a identidade tanto do estudante quanto do professor em relação a comunidade onde reside.

Na organização das ações devem-se considerar as diferentes formas de organização das turmas nas escolas do campo tais como, as turmas do Projeto de Educação Itinerante nos Anos Finais, das turmas multisseriadas nos Anos Iniciais, Educação Infantil, Educação de Jovens e Adultos além das turmas que atendem apenas um ano/série tal como o modelo das escolas urbanas. Assim são necessárias várias categorias de ações para atender a diversidade de organização das escolas em áreas rurais, a saber;

- a) Turmas que atendem por ano/série separados;
- b) Turmas que atendem multisseriadas;
- c) Turmas que atendem sistema modular Itinerante.
- d) Turmas que atendem Educação de Jovens e Adultos.
- e) Turmas que atendem estudantes da Educação Infantil.

As escolas do campo também atuam com organização escolar de aprendizagem proposta no Bloco Pedagógico, tal, documento orienta sobre a realização do planejamento dos professores que atendem a essa especificidade por meio do Documento Norteador do Bloco Pedagógico. Em relação aos conteúdos as metodologias utilizadas nas escolas do campo devem indicar aquilo que o professor

e o aluno desenvolverão no transcurso das aulas, ou no conjunto de atividades pedagógicas.

As orientações no que tange as ações e procedimentos cotidianos como matrícula, transferência, planos da escola, planejamento, recuperação, frequência, Progressão Parcial, assessoramento pedagógico, assessoria de gestão entre outros aspectos são mantidos conforme proposto nas orientações pedagógicas anuais da Divisão de Ensino Fundamental assim com as escolas da área urbana. Nesse sentido, a organização pedagógica das escolas do campo no âmbito dos Anos Iniciais e Finais adota a organização das escolas da área urbana no que tange aos componentes curriculares e modelo de avaliação que é realizada bimestralmente em todas as disciplinas em cada ano de ensino.

A organização pedagógica das escolas atende nas seguintes especificidades:

- Anos Iniciais (1º ao 5º ano) – ensino regular e multisseriado com Bloco Pedagógico no 1º ao 3º ano;
- Anos Finais (6º ao 9º ano) – ensino regular e Projeto de Educação Itinerante com ensino modular semestral, trimestral e anual das disciplinas;
- Educação de Jovens e Adultos;
- Educação Infantil.

Ressalta-se a importância das abordagens interdisciplinares que devem possibilitar um trabalho pedagógico coletivo, utilizando os diversos espaços educativos na escola e no seu entorno, além de estratégias de ensino que envolva a realidade de cada comunidade ate mesmo com a participação das famílias para contribuir com o trabalho da escola.

A metodologia deve estar orientada e adequada para um melhor desenvolvimento dos conteúdos voltados para realidade do campo. As estratégias como: aulas expositivas fora da sala de aula, estudo dirigido, seminário, dramatização, música regional, leitura individual, leitura em grupo, pesquisa, atendimento individual, projeção de filmes, recitação, exercício escrito, exercício

oral, confecção de cartazes, produção de textos, jogos e recreação, dinâmicas, arguições, dentre outras, dará vida aos objetivos.

O trabalho pedagógico com tema gerador nasce das necessidades concretas relacionadas ao contexto sociopolítico, histórico e cultural da comunidade e das situações globais, seja local, nacional ou global e, da comunidade escolar vinculando-o à prática educativa de modo problematizador, reflexivo e crítico.

Alguns aspectos devem ser considerados na organização das ações pedagógicas nas turmas multisseriadas tais como:

a) Organizar o Diário de Classe, Plano Escolar, Fichas de Registro e demais documentos de acompanhamento das turmas multisseriadas de forma integrada;

b) Organizar as turmas multisseriadas por etapas separadamente (Educação Infantil, Bloco pedagógico, e 4º e 5º ano);

c) Viabilizar as escolas que apresentam atendimento multisseriado com Educação Infantil no mínimo dois professores lotados para garantir a oferta do serviço;

Em relação à organização das turmas na medida do possível deve ser da seguinte forma;

a) Educação Infantil com turmas conforme a legislação vigente;

b) Organizar as turmas que atendem alunos no Bloco Pedagógico com 10 alunos por sala no máximo;

c) Organizar as turmas de 4º e 5º ano com 10 alunos por sala no máximo.

d) Organizar as turmas da Educação de Jovens e Adultos com 15 alunos por sala;

Destaca-se a necessidade de não se enturmar estudantes da Educação Infantil com outras etapas do ensino.

7.1 As Turma multisseriadas

As escolas do campo, como seu próprio nome diz, estão localizadas em áreas rurais afastadas dos centros urbanos. As áreas rurais possuem características próprias, diversificadas devido que se constituem de diferentes aspectos geográficos

conforme sua localização em cada um dos biomas nacionais. Devido a motivos geográficos entre outros, as comunidades possuem menor densidade demográfica e conseqüentemente o número de matrícula de estudantes para cada ano/série é menor. Nesse viés, as turmas multisseriadas surgem na busca de agregar todos os estudantes matriculados na unidade escolar independente dos níveis de aprendizagem e ano/série de ensino em uma mesma sala, a qual por sua vez, tem como responsável um único professor unidocente.

Em relação à organização das turmas nos Anos Iniciais, em algumas escolas da área rural em Manaus elas estão organizadas conforme as escolas urbanas com turmas individuais para cada ano/série, porém em muitas escolas da área rural as turmas se organizam em multisseriação.

As turmas multisseriadas atualmente estão organizadas com unidocência, porém essa organização pode ser qualificada incluindo a presença de um professor monitor para auxiliar o trabalho pedagógico. Essa metodologia de trabalho das escolas em área rural ocorre devido às condições do local, ou seja, pela falta de quantitativo de estudantes em cada comunidade para formar turmas tal como modelo da escola urbana com série/ano único em cada turma.

Ressalta-se que apesar de ter sua organização pedagógica diversificada como as turmas multisseriadas, as escolas situadas em área rural no município de Manaus seguem a proposta curricular dos Anos Iniciais da secretaria municipal conforme todas as demais escolas em área urbana.

Esse fato é previsto no artigo 23 e 28 da LDBEN nº 9.394/96, e no artigo 30 da Resolução CNE/CEB nº 07/2010 onde a estrutura organizacional pedagógica das turmas multisseriadas baseia-se na especificidade das comunidades em áreas rurais. Tais legislações defendem a organização própria incluindo ate mesmo a possibilidade de mudanças no calendário escolar das escolas do campo de acordo com a realidade das comunidades atendidas. Vale ressaltar que a baixa densidade demográfica nas escolas do campo vem contribuir para dificultar o acesso da escola a alguns recursos federais e ate mesmo a própria manutenção da escola na comunidade.

A falta de um quantitativo certo de estudantes é um fator preponderante para a organização das turmas no modelo multisseriado, tendo em vista a possibilidade de ações pedagógicas e a própria lotação do professor na escola. Esse modelo vem sendo adotado em várias escolas do campo no país, pois, evita também a deslocação de estudantes para outras comunidades ou nucleação de escolas nas sedes dos municípios, além de fechamento de escolas.

Nesse sentido, primeiramente é preciso entender o contexto, que as políticas públicas educacionais para as escolas do campo, se iniciam fortemente a partir do século XX por meio de incentivos para formação técnica agrícola da população do campo. Na verdade o conceito multisseriada envolve outros termos como multissérie, multi-idade, agrupamento vertical, multianual, escola isolada, classe múltipla entre outras denominações.

Aqui apontamos algumas vantagens e cuidados na multisseriação das turmas na Educação do Campo:

- a) Manter a escola na comunidade atendendo as etapas de ensino;
- b) A não nucleação das escolas;
- c) A possibilidade de atendimento das disciplinas por especialistas das áreas;
- d) Maiores possibilidades de qualidade no acompanhamento pedagógico;
- e) Trabalho interativo entre os alunos e professores;
- f) Trabalho protagonista de monitoria dos alunos.
- g) Preenchimento do quadro de professores nas escolas;
- h) Melhoria no processo de assessoramento tendo em vista a organização das escolas em circuitos;
- i) Desenvolvimento do protagonismo juvenil;
- j) Garantia de acesso aos conteúdos pelos alunos;
- k) Melhoria no processo de gestão escolar;
- l) Clareza nos processos de organização pedagógica;
- m) Garantia do direito de aprendizagem;

- n) Fortalecimento da relação professor/aluno;
- o) Fortalecimento das características específicas da Educação do Campo;
- p) Garantia de cumprimento do currículo.

Os cuidados a serem tomados pela secretaria no processo:

- a) Dialogação com as comunidades explicando o processo;
- b) Formação continuada para orientar os professores;
- c) Acompanhamento pedagógico adequado;
- d) Material didático adequado;
- e) Processo seletivo para selecionar os professores que irão atuar nas turmas multisseriadas;
- f) Alojamento adequado para os professores que permanecem na comunidade.

A turma multisseriada é a expressão da heterogeneidade e, ao mesmo tempo representa também a garantia do acesso à educação em comunidades distantes nas áreas rurais, tendo em vista que na real conjuntura política o governo dificilmente despenderá esforços para construção de escola ou lotação de professores com a finalidade de atender turmas com apenas 1 ou 2 estudantes por cada ano/série de ensino.

Desse modo, essa organização pedagógica surge para de algum modo possibilitar a inclusão e permanência das populações residentes em áreas rurais seja rodoviária ou ribeirinha, ou qualquer outro espaço geográfico no ambiente escolar. Entendemos que tal organização também responde às lutas dos movimentos sociais por direitos à educação e cidadania em cada comunidade independente do quantitativo de habitantes da mesma.

7.2 O Planejamento Interdisciplinar na sala de aula

Em relação ao planejamento pedagógico na Educação do Campo é necessário que sejam utilizadas estratégias didáticas para favorecer a aprendizagem de modo contextualizado. É preciso atentar para a realidade da comunidade

fortalecendo a identidade tanto do estudante quanto do professor em relação ao local onde reside.

Nessa direção para contemplar a diversidade das áreas rurais, a abordagem interdisciplinar responde com propriedade as possibilidades de se organizar o planejamento das atividades de modo satisfatório nessa perspectiva. O planejamento interdisciplinar se constitui em estratégia que busca responder aos novos paradigmas da educação, o mesmo tem como foco o processo de organização interdisciplinar que, para Nicolescu (1999) significa uma interação e transferência de métodos entre disciplinas em graus diferenciados a exemplo; aplicação de métodos da Física nuclear para a medicina possibilitando utilizar métodos desta em diferentes tratamentos médicos, em transferência de lógica formal para estudos do direito o que pode produzir análises da epistemologia do direito, da transferência da Matemática para o campo da Física que vai gerar a Física Matemática e assim por diante.

Esse modelo de planejamento interdisciplinar pressupõe um tema gerador que deverá surgir de necessidade identificada pelo corpo pedagógico e estudantes da escola em sua comunidade. O tema gerador não necessariamente deverá ser um dos temas especiais citados pela base curricular, mas, deverá estar relacionado ao contexto de acordo com cada disciplina podendo englobar a sequência didática ou projeto de aprendizagem.

Os conteúdos disciplinares deverão responder ao problema identificado no tema gerador, contemplando a proposta curricular e sua sequência curricular. Em relação aos conteúdos e metodologias utilizadas nas escolas do campo, ambas devem indicar aquilo que o professor e o aluno desenvolverão no transcurso das aulas, ou no conjunto de atividades pedagógicas.

Quanto à organização do trabalho nas escolas do campo, o mesmo poderá também trabalhar com monitoria de estudantes envolvendo os mais avançados cognitivamente na aprendizagem dos que apresentam maiores dificuldades, desse modo fomenta o protagonismo juvenil na sala de aula e fortalece a identidade dos mesmos. O professor poderá trabalhar também com grupos focais juntando a

princípio estudantes de mesma série/ano para discutir conteúdos ministrados em seguida alunos de diferentes série/ano poderão socializar seu conhecimento entre os grupos.

O professor também poderá trabalhar com seminários para dialogação entre os alunos com temas e conteúdos ministrados de acordo com contexto das comunidades, de acordo com o modo de vida e produção de bens da comunidade, poderá fazer seu planejamento unificado interdisciplinar utilizando a pedagogia de projetos ou sequência didática ou demais metodologias, de modo que, possa contemplar a necessidade dos estudantes de cada ano de ensino presente na turma. O planejamento do professor é fundamental para o desenvolvimento das atividades pedagógicas tendo em vista o processo de ensino aprendizagem dos alunos e poderá se organizar com:

- a) Modelo unificado interdisciplinar;
- b) Poderá ter como base um tema gerador que expresse aspecto da cultura local ou do modo de produção econômico local;
- c) Poderá ser articulado ao eixo integrador conforme a Base Nacional Curricular;
- d) Deverá contemplar os alunos das diversas fases ano/série presentes na turma;
- e) Deverá contar com a colaboração efetiva de todos;
- f) Deverá dialogar com a realidade da comunidade;
- g) Deverá ser acompanhado pedagogicamente.

O Planejamento interdisciplinar favorece o trabalho pedagógico especialmente nas turmas multisseriadas, de modo que o professor pode ministrar conteúdos para vários anos/séries conjuntamente. A diferenciação será contemplada nos níveis de dificuldade proposto em cada conteúdo a partir de cada etapa do ensino a que irá se destinar o ensino, embora exista a diferenciação dos níveis cognitivos assim como encaminhamentos de trabalhos de acordo com o nível de cada grupo de estudantes presentes na sala de aula, o ensino será elaborado conjuntamente. A ferramenta de registro do planejamento deverá conter:

- a) Disciplina ou disciplinas presentes;
- b) Eixo ou eixos trabalhados de acordo com a proposta pedagógica;
- c) Conteúdos, tema integrador e tema gerador;
- d) Atividades por ano/série de ensino;
- e) Avaliação, instrumentos de registro e recurso didático.

Sabemos que a metodologia de trabalho pedagógico deve sempre ser orientada e adequada para um melhor desenvolvimento dos conteúdos em acordo com contexto. Os conteúdos devem promover a reflexão sobre a realidade de cada comunidade. As estratégias utilizadas nas aulas precisam fortalecer a identidade e valorização das populações do campo, na verdade os professores podem utilizar a diversidade em suas aulas utilizando espaços fora da sala de aula, estudos dirigidos, seminários, dramatização, música regional, leitura individual, leitura em grupo, danças regionais, pesquisa, atendimento individual, projeção de filmes, recitação, exercício escrito, exercício oral, confecção de cartazes, produção de textos, jogos e recreação, dinâmicas, arguições, dentre outras atividades que darão vida aos objetivos propostos para aprendizagem.

As formas diferenciadas de organizar o ensino na Educação do Campo devem resgatar a riqueza das experiências que vem se desenvolvendo no próprio campo, na própria comunidade onde a escola esta inserida, o professor orientado pelo pedagogo deve utilizar diversos procedimentos como:

- a) Aulas ministradas nas áreas de produção (roça), com excursões, entrevistas, reuniões, dramatizações, observações, etc.
- b) Recursos como enciclopédias, livros, jornais, revistas, vídeos, a própria natureza: rios, várzeas, etc.
- c) Espaços na comunidade, florestas, roça, engenhos, casas de farinha, posto de saúde, monumentos históricos, praças, órgãos públicos, etc..

7.3 O calendário escolar diferenciado como peculiaridade da Educação no Campo

Conforme estabelecido na LDBEN nº 9.394/96 em seu artigo 23, §2º, os sistemas de ensino poderão organizar calendários diferenciados para suas escolas

Diretrizes Pedagógicas para Escolas do Campo na Rede Pública de Ensino

do campo. O calendário diferenciado afirma a possibilidade de uma organização pedagógica que respeite a vazante e enchente dos rios que afetam diretamente o acesso a diversas escolas. As escolas da área ribeirinha situadas no rio Negro atendem com um calendário escolar específico que se inicia em janeiro e termina seus bimestres em Outubro devido as suas especificidades.

Nesse caso, existe um quantitativo de sábados letivos estabelecidos durante o ano para contemplar a carga horaria dos dias letivos nas escolas situadas no rio Negro que atendem com calendário diferenciado. Esse procedimento está respaldado na legislação vigente tanto na LDBEN nº 9.394/96 como na legislação da Pedagogia da Alternância cujo parecer 01/2006/CNE/CEB estabelece no artigo 23 §2º “o calendário escolar deverá adequar-se as peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previstas nesta lei”.

Da mesma forma o artigo 28 da LDBEN nº 9.394/96 afirma que a oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III – adequação à natureza do trabalho na zona rural.

7.4 O Diário de Classe multisseriado na turma Multisseriada

A Secretaria Municipal de Educação de Manaus na busca por legitimar e respeitar as legislações vigentes sobre a Educação do Campo, por meio de pesquisa realizada no Grupo de Trabalho em Educação do Campo na Divisão de Ensino Fundamental, elaborou e instituiu o Diário de Classe especial para turmas multisseriadas. O intento é potencializar a prática pedagógica do docente das escolas do campo e desse modo, busca garantir melhorias no atendimento aos estudantes e ao trabalho docente.

Nesse sentido, os direitos e objetivos de aprendizagem devem ser garantidos, para isso é necessário promover um ensino com base em planejamento consistente e integrado que inclua situações favoráveis de aprendizagem, incluindo o contexto de nossa realidade amazônica. O Diário de classe multisseriado que é específico para turmas multisseriadas, significa avanço no processo de reconhecimento da especificidade relativa à Educação do Campo sendo esse uma ferramenta que facilitará o fazer pedagógico.

O Diário de classe trata-se de instrumento legal de registro das atividades pedagógicas do professor, onde constam os instrumentos usados nas diversas atividades, nas avaliações realizadas, na frequência dos alunos e se apresenta como evidencia de todo processo de ensino aprendizagem na escola.

O novo Diário de turma multisseriada deverá facilitar o trabalho do professor em diferentes aspectos;

- Redução do quantitativo de material a ser utilizado pelo professor unidocente na sala multisseriada, pois, os professores tinham para cada ano/série um diário sendo que em média atendem 3 a 4 anos/série em sua turma;
- Redução dos diários para registro, com o Diário de turma Multisseriado o professor tem apenas um diário para registrar todos os registros dos alunos em sua turma, embora tenha alunos de vários anos/série presentes;
- Visualização dos alunos em um mesmo documento;
- Registro da sondagem diagnóstica dos estudantes do Bloco Pedagógico.

O Diário de classe multisseriado na turma multisseriada é uma ferramenta inovadora da secretaria e trata-se de instrumento resultante de estudos e pesquisas realizadas pelo grupo de trabalho em Educação do Campo. A pesquisa para elaboração do Diário de classe multisseriado sugiu com a finalidade de minimizar dificuldades pedagógicas dos professores que atuam nas turmas multisseriadas nas escolas do campo. O mesmo foi elaborado para facilitar o trabalho desses professores no que tange a possibilidade de ter apenas um diário nas turmas

facilitando no seu atendimento aos estudantes de várias séries/anos de ensino em uma mesma turma.

7.5 A Educação Integral nas Escolas do Campo

A Educação Integral nas escolas do campo se concretiza como uma nova organização pedagógica e de currículo, a qual busca melhorias na formação humana dos estudantes incluindo na área rural. Os aspectos específicos dessa nova organização seguem as definições para educação integral conforme elaboradas pelo grupo de trabalho de Educação Integral na secretaria, qual tem se empenhado na elaboração da proposta de Educação Integral na perspectiva do contexto amazônico.

O processo está sendo introduzido como forma de responder a própria realidade das escolas em que os estudantes permanecem ao longo do dia com diferentes atividades curriculares e extracurriculares por meio de oficinas pedagógicas que tratam de diversos temas sociais e ambientais além da ludicidade. A Educação Integral, em sua concepção fundamental, considera a multidimensionalidade do ser de forma integral e integrada. Nessa perspectiva de educação, entende-se que o desenvolvimento pleno da criança, do jovem e do adulto envolve diferentes dimensões: física, afetiva, cognitiva, social, emocional e ética. Por sua vez, os conhecimentos e experiências proporcionados pela maioria das unidades escolares na atualidade, embora atendam parte do patrimônio cultural indispensável ao conhecimento, não esgotam o conjunto de saberes necessários para uma participação atuante na sociedade contemporânea.

Trata-se de uma iniciativa inovadora para educação do Amazonas em que se busca melhorar a qualidade do atendimento aos estudantes das escolas do campo.

7.6 O Projeto de Educação Itinerante - Anos Finais

O Projeto de Educação Itinerante teve seu início em 2003 do Ensino Fundamental em caráter experimental atendendo 03 (três) escolas com total de aproximadamente 60 (sessenta) alunos. No ano de 2005, através da Resolução n. 003/05 do Conselho Municipal de Educação regularizou o funcionamento do projeto

que passou a atender de 5^a a 8^a séries, com organização pedagógica de modo trimestral no atendimento das disciplinas que compõe o currículo. Logo após o projeto foi oficializado ampliando para mais escolas na área rural.

De acordo com as especificidades da Educação do Campo, o Ensino Fundamental nos Anos Finais no Projeto de Educação Itinerante segue a organização curricular do ensino regular, sendo possíveis outros modelos de organização. Nesse sentido, em cumprimento a legislação vigente e os direitos de aprendizagem dos estudantes nas escolas do campo, a SEMED desenvolveu o Projeto de Educação Itinerante.

Em 2013 com a Resolução N. 40/CME/2013 a proposta foi reestruturada. Após esse fato, com a Resolução N. 24/CME/2013 a nova organização pedagógica em que as disciplinas passam a ser semestrais é aprovada. Em seguida a Resolução N. 004/CME/2014 estabelece normas e procedimentos para o novo funcionamento do Projeto.

A reestruturação do Projeto de Educação Itinerante foi realizada por uma equipe técnica pedagógica que uniu representantes da Divisão de Ensino Fundamental da secretaria, representantes da Divisão Distrital Zona Rural e do Conselho Municipal de Educação, desse modo, houve a mudança em sua organização pedagógica em que as disciplinas passam a ser ministradas de modo semestral.

O principal objetivo é melhorar o atendimento a demanda de alunos oriundos dos Anos Iniciais os quais, ao concluírem o 5^o ano deslocavam-se para zona urbana a fim de dar continuidade aos estudos. Diante dos problemas que muitas vezes surgem no deslocamento para dar continuidade aos estudos, alguns estudantes desistem de estudar nesse sentido, o projeto foi pensado para que estes possam dar continuidade aos estudos nas comunidades, a preocupação é manter o estudante na escola.

É preciso ressaltar que a partir da implantação do Projeto de Educação Itinerante foi possível atender os Anos Finais nas comunidades especialmente na área Ribeirinha - rio Negro. A questão da localização geográfica das escolas e a baixa densidade demográfica das comunidades é um complicador do processo. Os polos de atendimento estão situados na área Rural Ribeirinha - rio Negro, rio no rio Amazonas, e na área Rural Rodoviária BR174 e AM 010.

A organização pedagógica diferenciada das escolas do campo, busca garantir o direito ao ensino aprendizagem dos estudantes que vivem em área rural, especialmente nas escolas onde o quantitativo de estudantes em cada série/ano não é suficiente para fazer a enturmação como nas escolas da área urbana. As turmas das escolas em área urbana de modo geral atendem 30 estudantes por ano/série enquanto que na área rural ribeirinha e rodoviária essa realidade é diferente pela quantidade de pessoas residentes nas comunidades.

A secretaria por meio de seu corpo técnico pedagógico tem realizado estudos e pesquisas para repensar as metodologias de atendimento aos alunos dos Anos Finais. Nesse sentido existe a possibilidade de se organizar o atendimento aos estudantes por meio de salas multisseriadas como o Ensino Modular Multisseriado Itinerante, esse modelo de atendimento tem sido implementado no estado do Pará conforme pesquisa realizada *in loco* pela equipe da secretaria no ano de 2015. Também foi elaborado um projeto para o atendimento por meio de mídias a esses alunos, o Projeto foi apresentado e discutido pelos assessores e chefias da secretaria e da Divisão Distrital Zona Rural ao que não foi aprovado para implementação devido a vários problemas pontuados tais como a segurança diante da necessidade de se ter aparelhos midiáticos nas escolas especialmente na área rural ribeirinha. Esses modelos respaldam-se nas legislações vigentes como o PNE 2014 e PME 2015.

No caso de utilização do ensino modular multisseriado Itinerante nas escolas, recomenda-se a organização das turmas com o seguinte modelo:
Sugestão para organização das turmas multisseriadas caso se aplique nos Anos Finais das escolas do campo.

TURNO MATUINO	TURNO VESPERTINO
Turma A 6º / 7º ano	Turma C 6º ao 7º ano
Turma B 8º e 9º ano	Turma D 8º ao 9º ano

Quadro 7: organização das turmas Anos Finais. Fonte: DEF/SEMED/2016.

Vale destacar que a implementação de qualquer um desses modelos de organização pedagógica, busca na verdade melhorias para o atendimento dos estudantes nos Anos Finais, isso ocorre especialmente nas escolas situadas em áreas isoladas geograficamente, tanto rodoviária quanto área ribeirinha. O Projeto de Educação Itinerante atualmente se organiza com atividades disciplinares de modo trimestrais, semestrais e anuais conforme a possibilidade de lotação de professores especialistas e quantitativo de estudantes nas comunidades.

7.7 O Programa Escola da Terra

O Programa Nacional da Educação do Campo - PRONACAMPO, se faz presente na secretaria especialmente por meio do Programa Escola da Terra em parceria com Ministério da Educação e Cultura - MEC, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI, da Secretaria Estadual de Educação – SEDUC e Universidade Federal do Amazonas – UFAM que juntas implementam a formação continuada para professores que atuam em salas multisseriadas nos anos iniciais. O PRONACAMPO tem como objetivo apoiar técnico e financeiramente os Estados, Distrito Federal e Municípios para a implementação da política de Educação do Campo.

O Programa Escola da Terra é parte da política para Educação do Campo e tem como objetivo apoiar técnico e financeiramente os Estados, Distrito Federal e Municípios para a implementação da qualidade do ensino nas escolas do campo. Todo o processo visa à ampliação do acesso e a qualificação da oferta da educação básica e superior. Essas ações buscam a melhoria da infraestrutura das escolas, a formação inicial e continuada de professores, a produção e a disponibilização de material específico aos estudantes do campo e quilombola, em todas as etapas e modalidades de ensino.

Ressalta-se que apesar de ter sua organização pedagógica diversificada como as salas multisseriadas o ensino nos anos iniciais nas escolas situadas em área rural no município de Manaus, segue a proposta curricular para os Anos Iniciais inclusive com a organização do Bloco Pedagógico para o 1° ao 3° ano.

As ações do Programa Escola da Terra são voltadas para fortalecer o acesso e a permanência na escola, à aprendizagem e à valorização do universo cultural das populações do campo, sendo estruturado em quatro eixos:

- Gestão e Práticas Pedagógicas
- Formação Inicial e Continuada de Professores
- Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional
- Infraestrutura Física e Tecnológica

O Programa Federal Escola da Terra sendo parte da política educacional da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização Diversidade e Inclusão, voltada para educação do campo tendo como objetivo estabelecer parceria entre as universidades e secretarias estaduais e municipais para formação específica dos docentes que atuam em salas multisseriadas nos anos iniciais do ensino fundamental nas escolas do campo. A formação é realizada com encontros mensais durante o ano, com leitura e discussão de textos, pesquisa orientada sobre a comunidade e planejamento interdisciplinar.

O mesmo busca ampliação do acesso e a qualificação da oferta da educação básica e superior, por meio de ações para a melhoria da infraestrutura das redes públicas de ensino, a formação inicial e continuada de professores, a produção e a disponibilização de material específico aos estudantes do campo e quilombola, em todas as etapas e modalidades de ensino. Destaca-se que esse processo de formação continuada é acompanhado pela Divisão de Ensino Fundamental da secretaria assim como pela Divisão Distrital da Zona Rural.

7.8 Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa – PNAIC

A Secretaria fez sua adesão ao Pacto Nacional da Educação na Idade Certa – PNAIC no ano de 2012 conforme orientação do Ministério da Educação e Cultura - MEC, o objetivo foi melhorar o atendimento aos estudantes no processo de alfabetização e letramento, fortalecendo o trabalho do professor por meio de capacitação pedagógica. Segundo apresentado no Caderno currículo de formação: perspectivas para uma Educação do Campo, o PNAIC nas escolas do campo tem como objetivo as seguintes perspectivas (2013);

- a) Aprofundar a compreensão sobre o currículo nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e a definição de direitos de aprendizagem e de desenvolvimento nas áreas da leitura e da escrita;
- b) Entender a concepção de alfabetização na perspectiva do letramento;
- c) Compreender a importância da avaliação no ciclo de alfabetização, analisando e Construindo instrumentos de avaliação e de registro de aprendizagem;
- d) Construir, coletivamente, o que se espera em relação aos direitos de aprendizagem e Desenvolvimento no ciclo de alfabetização.

Ainda destaca-se que as especificidades do trabalho de alfabetização no/do campo demandam um perfil bastante exigente dos professores alfabetizadores, que reúne saberes específicos das disciplinas, saberes pedagógicos, práticos e atitudinais.

Os profissionais envolvidos com alfabetização devem estar conscientes de que devem:

- a) Reconhecer que existe mais de uma maneira de aprender e, portanto, deve haver maneiras diversificadas de ensinar;
- b) Saber que o conteúdo de alfabetização é tão elaborado e complexo quanto os demais conteúdos trabalhados em outros níveis de ensino;
- c) Possuir competência e sensibilidade para o trabalho com alunos na faixa etária de 6 a 8 anos;

- d) Evidenciar abertura para o trabalho em contextos de diversidade e de diferenças de forma coletiva e compartilhada
- e) Desenvolver expectativas de sucesso e estimular a autoestima dos alunos, acreditando no seu potencial enquanto alfabetizador, bem como no dos alunos, respeitando as individualidades.
- f) Orientar as atividades na sala de aula, que devem ser criativas, dinâmicas, diferenciadas e significativas.
- g) Atuar como educador mediador entre o conhecimento cotidiano e científico;
- h) Garantir um ambiente educativo, saudável e alegre.
- i) Estar apto (a) a diagnosticar, analisar e retomar ações pedagógicas visando ao avanço dos alunos;
- j) Contextualizar conteúdos programáticos, relacionando a teoria com a prática, atribuindo, assim, uma função social aos Temas trabalhados.

Sobre a organização didática dos Anos Iniciais em Ciclos, Blocos ou organizações similares de enturmação pedagógica que envolve os três primeiros anos/series (1º ao 3º), com isso o PNAIC vem afirmar que;

O regime de ciclos nos oferece possibilidades de repensarmos tais tempos, de modo a encontrarmos formas diversificadas de abordar os conhecimentos, rumo a um ensino mais problematizador. Um ensino que estimule os estudantes a refletir, questionar e agir na sociedade. Conforme já foi mencionado no caderno da Unidade 1, Ferreira e Leal (2006) concebem que o ciclo (Caderno 08, 2013, p.12).

Desse modo, vem possibilitar a elaboração de uma estrutura curricular que favorece a continuidade, a interdisciplinaridade e a participação, pode colaborar para a negação de uma lógica excludente e competitiva (quem vai chegar primeiro?), rumo a uma lógica da inclusão e da solidariedade (partilha de saberes e de pensares), possibilita a negação da perspectiva conteudista de “quanto já se sabe sobre” para uma perspectiva multicultural da diversidade de saberes, práticas e valores construídos pelo grupo, pode promover a negação de uma busca de homogeneização para uma prática de reconhecimento da heterogeneidade e da diversidade cultural e de percursos individuais de vida.

7.9 Programa de Correção de Fluxo

O programa de correção de fluxo nas escolas da rede pública municipal de ensino trata-se de processo que busca atender os estudantes em defasagem idade série/ano de acordo com a Resolução n. 031/CME/2016. A resolução fixa e estabelece normas para operacionalização do processo desse modo a realização se faz por meio de programas denominados de “Se Liga” e “Acelera Brasil” que ocorrem nas unidades escolares, inclusive em área rural. Os programas citados são destinados exclusivamente a estudantes regularmente matriculados nas unidades de ensino municipal e que se encontram, no mínimo, com 02 (dois anos) de distorção (entre 10 e 14 anos) nas turmas que atendem os Anos Iniciais.

O Programa “Se Liga” atende alunos não alfabetizados do 1º ano que não possuem escolaridade e, do 3º, 4º e 5º ano. O Programa “Acelera Brasil” atende alunos alfabetizados do 3º, 4º e 5º ano possibilitando a aceleração dos estudos tendo em vista a defasagem da idade. O Programa “Acelera Brasil” atende alunos alfabetizados do 2º ano oriundos do 1º ano do Programa Se Liga. O reforço escolar denominado “Pit Stop” e “Fórmula da Vitória” também atende estudantes nas escolas do campo na área rural rodoviária.

As orientações pedagógicas referentes ao atendimento em cada um desses programas constam nos documentos legais do programa tais como resoluções e orientações da secretaria. Nesse sentido, a coordenação do Programa de correção de fluxo situa-se na Divisão de Ensino Fundamental em conjunto com a Divisão Distrital Zona Rural por meio da coordenação na Divisão de Ensino Fundamental – DEF gerencia as atividades do Programa na Rede Pública Municipal de Ensino.

7.10 Gerência de Educação de Jovens e Adultos - GEJA

A secretaria entende que a Educação de Jovens e Adultos - EJA nas escolas do campo é realidade presente no município de tal forma que:

“[...] aprender a ler e a escrever se faz assim uma oportunidade para que mulheres e homens percebam o que realmente significa dizer a palavra: um comportamento humano que envolve ação e reflexão. Dizer a palavra, em sentido verdadeiro, é o direito de expressar-se e

expressar o mundo, de criar e recriar, de decidir, de optar”. (FREIRE 2002).

Junto à luta para construir escolas com espaços físicos no campo, trava-se a luta para garantir o espaço pedagógico da educação do campo que venha também a atender aos jovens, adultos e idosos que estejam desvalorizados. Esta preocupação tem como objetivo, realmente, consolidar uma educação não pensada para o campo e, sim, que seja construída junto aos seus sujeitos, levando em consideração características primordiais do próprio campo, como: o sistema de enchente e vazante, o acesso aos ramais, o aproveitamento de espaços com a utilização de horta – em articulação da gestão da escola para o desenvolvimento das atividades do plano de aprendizagem no tempo-comunidade, na perspectiva da qualificação social e profissional.

A educação, geralmente, se constitui enquanto um espaço hegemônico. Na educação tradicional não se considera que exista intencionalidade de opressores, muito menos que existam oprimidos na escola. Afirmar que diariamente escutamos julgamos a escola como um espaço onde todos e todas têm o mesmo direito, e que todos são iguais. No entanto, muitos foram excluídos da escola, tornando a educação um fator de discriminação e de exclusão. A realidade dos jovens e adultos do campo é, pois, preocupante porque, em sua maioria, esses jovens e adultos não concluíram o Ensino Fundamental e uma grande parte deles não se alfabetizou. Tomando como referência, encontramos a triste verdade de jovens que não sabem ler e escrever seus próprios nomes, que se somados com os adultos traduzem um quadro de imensa quantidade de pessoas sem saber ler e escrever.

A Proposta Pedagógica para a Educação de Jovens e Adultos – EJA do Campo surge a partir da necessidade de adequar os espaços e tempos específicos aos seus sujeitos e é uma conquista da equidade no direito de aprender em qualquer lugar, com qualquer idade e ao longo da vida, assim possibilitará a assiduidade do estudante na escola, apesar das distâncias, da falta de transportes etc.

A organização do tempo-escola e do tempo-comunidade para o desenvolvimento dos planos de aprendizagem que permitam ao estudante da EJA do Campo a experimentação com a terra e os temas afins ao seu universo e repertório de vivências devem constar no projeto político pedagógico. Neste sentido, é pertinente a promoção de tempo-espço de construção e atualização contínua de currículo coerente para a educação da EJA do Campo, considerando os saberes, a cultura e a dinâmica dos estudantes que vivem e trabalham no campo, mediante a necessidade e oportunidade de mudanças, oriundas de fatores internos ou externos à escola, após análise, diálogo e decisão dos sujeitos escolares constituídos.

Um dos objetivos do currículo voltado para a EJA do Campo é proporcionar conteúdos significativos para a vivência dos sujeitos e que possibilitem a aprendizagem, contemplados com metodologias que contribuam com esta realidade. Aquilo que não tem significado é mais difícil de ser assimilado. O desenvolvimento humano deve se dar a partir de seu cotidiano, de sua história. É esse cotidiano e é essa história, que podem ser entendidos como cultura. E a cultura passa a ser, então, resultado das várias manifestações que acontecem de diferentes formas e de diversos significados.

Outro objetivo é efetivar a prática pedagógica da EJA do Campo de modo sustentável, na perspectiva da valorização dos saberes local e cultura regional e voltada para os saberes globais, portanto, privilegiando a visão rural de educação, sem perder de vista sua projeção mais ampla para o mundo. Socialmente justa e ecologicamente correta. Validar a contextualização da educação de jovens, adultos e idosos no campo, com os conhecimentos historicamente construídos também desenvolvidos no campo e sua relação direta com a prática do dia-a-dia, portanto, saber ler e escrever, pensar criticamente, conviver, aprender, fazer e cuidar das pessoas e do planeta é um direito de todos os cidadãos que vivem essa realidade. A organização estrutural curricular da EJA para as escolas o campo no 1º e 2º segmentos segue a mesma sistematização das escolas da área urbana e no que concerne os componentes curriculares e avaliação.

Para a efetivação da proposta pedagógica é de suma importância a formação continuada aos professores da Educação de Jovens e Adultos do Campo por área de conhecimento, na perspectiva da formação geral e qualificação social e

profissional, considerando as especificidades locais, como por exemplo, em escolas pequenas e com turmas multisseriadas, com realidades, demandas sociais e pluralidade cultural também diferenciadas.

7.11 Educação Especial nas Escolas do Campo

A Inclusão Educacional esta constituída em princípios legais, documentos norteadores Internacionais e Nacionais tais como: Declaração de Salamanca -1994 – Conferencia Mundial sobre necessidades educacionais especiais: Acesso e Qualidade; Convenção de Guatemala – 1999 – Convenção interamericana para eliminação de todas as formas de discriminação contra a pessoa com deficiência; nos artigos 2º, 4º, 58 e 59 em seu inciso 1º da LDBEN; Lei N. 13.234 – 29 e Dezembro de 2015, que dispõe sobre a identidade; o cadastro e o atendimento de alunos com Altas Habilidades ou Super-dotação; Plano Nacional de Educação 2014-2024 – Nota Técnica Nº 04/2014-MEC- SECADI-DPEE; Lei N. 12.764 – 27/12/2012; Decreto 7.611 de 17/11/2011; LBI - Lei Brasileira de Inclusão de 02 de Janeiro de 2016.

No Brasil, a Educação inclusiva consta na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. No texto desta Carta Magna está assegurado o direito de todos à igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (artigo 206, inciso I), bem como ao atendimento especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (artigo 8º, inciso III). (BRASIL, 1988). Nesta perspectiva, a educação inclusiva se baseia em princípios democráticos, como igualdade de oportunidades, respeito às necessidades individuais e melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem. Este paradigma educacional se constitui em oferecer uma escola de qualidade a todos, sem discriminação. Entendemos por escola de qualidade aquela que se empenha em dar uma resposta positiva a todos os alunos, independente de suas particularidades, como as do alunado com deficiência.

Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), a educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis e etapas do sistema educacional de ensino. Passando sim a fazer parte da proposta pedagógica da escola, tendo como público-alvo as

pessoas com deficiência, transtorno espectro autista e altas habilidades/superdotação. Alunos com altas habilidades demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes. Também apresentam elevada criatividade, grande envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse.

As definições do público alvo devem ser contextualizadas e não se esgotam na mera categorização e especificações atribuídas a um quadro de deficiência, transtornos, distúrbios e aptidões. Considera-se que as pessoas se modificam continuamente transformando o contexto no qual se inserem. Esse dinamismo exige uma atuação pedagógica voltada para alterar a situação de exclusão, enfatizando a importância de ambientes heterogêneos que promovam a aprendizagem de todos os alunos.

Numa sociedade escolarizada destaca-se, dentre esses contextos, a escola como um lugar cultural extremamente importante para favorecer a aprendizagem de conteúdos conceituais (saber), procedimentais (fazer) e atitudinais (ser). Então cabe a escola propiciar a todos os estudantes que dela fazem parte, um ambiente que desafie a aprendizagem e estimule seu desenvolvimento. Essas ações inclusivas desenvolvidas no contexto da escola comum proporcionarão a todos os alunos, seja o público alvo da educação especial ou os demais, avanços em seus processos de aprendizagem e desenvolvimento. As interações sociais vivenciadas neste espaço são muito importantes. Por possuírem ritmos diferenciados, ambos precisarão da interação no contexto sociocultural e educacional do qual fazem parte.

Essas interações contribuem para reduzir a ênfase na determinação do fator biológico (deficiência, limitações), trazendo-lhes possibilidades de se desenvolverem cognitivamente, social e afetivamente neste espaço de trocas interpessoais, com possibilidades de avanço nos diferentes aspectos do desenvolvimento. Uma escola verdadeiramente inclusiva precisa se constituir como um espaço de formação do cidadão, assegurando a todos os sujeitos que dela fazem parte a socialização de conhecimentos historicamente construídos, conhecimentos estes necessários para o exercício da cidadania e para a autonomia do cidadão na sociedade. Neste sentido, ressaltamos também a necessidade de que os conteúdos conceituais trabalhados

pela escola sejam significativos e funcionais para o público alvo da educação especial, e isso requer um processo de adaptação do currículo.

Esse olhar cuidadoso sobre currículo escolar possibilitará o envolvimento do aluno público alvo da educação especial no processo de escolarização, potencializando a sua aprendizagem e sua efetiva participação no entorno ao qual faz parte. Por outro lado, os demais colegas de turma são beneficiados com o exercício da convivência com a diferença, tendo a possibilidade de humanizar seu olhar e suas ações em direção a uma aprendizagem colaborativa. Essa forma compartilhada de aprender com o outro possibilita ao aluno sem uma deficiência aparente ir ao encontro de seu colega, para apoiá-lo em seu processo de aprendizagem, o que requer, enquanto colaborador, um maior nível de raciocínio, de ideias novas, desenvolvimento da criatividade e do pensamento crítico. Público alvo da educação especial

- Deficiência

Consideram-se alunos com deficiência àqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que em interação com diversas barreiras podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. (BRASIL, 2008).

- Deficiência Intelectual

Funcionamento intelectual que se manifesta antes dos 18 (dezoito) anos de idade, está associada a limitações adaptativas em pelo menos duas áreas de habilidades (comunicação, autocuidado, vida no lar, adaptação social, saúde e segurança, participação na comunidade, determinação, funções acadêmicas, lazer e trabalho).

- Deficiência Física / Paralisia cerebral

Uma variedade de condições que afeta a mobilidade e a coordenação motora geral de membros ou da fala.

Deficiência Sensorial

1-Visual

2. Cegueira - Condição apresentada por quem tem resíduo mínimo da visão ou perda total, que se leva a necessidade de usar o Sistema Braille para ler e escrever. b) Baixa Visão - Condição apresentada por quem tem perda visual atingindo no máximo até trinta por cento com correção óptica. Auditiva

1- Deficiência Auditiva - Perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras variando de graus e níveis. b) Surdez - Considera-se pessoa surda, aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras).

- Surdo cegueira

Perdas auditivas e visuais simultâneas e em graus variados

Deficiência Múltipla. Ocorrência de duas ou mais deficiências (física, mental e sensorial), comprometidas que acarretam atrasos no desenvolvimento global e na capacidade adaptativa.

- Transtorno do Espectro Autista

Os alunos com transtornos do Espectro Autista são aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuro psicomotor, comprometimento das relações sociais, na comunicação, no uso da imaginação ou estereotípias motoras.

- Altas Habilidades

Alunos com altas habilidades/super-dotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes. Também apresentam elevada criatividade, grande envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse. (BRASIL, 2008)

Atendimento Educacional Especializado - AEE

A Educação Especial sendo uma modalidade de ensino realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular. O Atendimento Educacional Especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas.

As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos estudantes com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. Esse atendimento deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum. O atendimento educacional especializado é acompanhado por meio de instrumentos que possibilitem monitoramento e avaliação da oferta realizada nas escolas.

Metodologia de atendimento nas salas de recursos

As salas de recursos “são ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos, para a oferta do atendimento educacional especializado” (Projeto da SR/SRM, pag. 1). Portanto, são espaços físicos localizados nas escolas municipais, onde se realiza o AEE. Que tem como objetivo complementar ou suplementar a formação dos alunos com deficiência (sensorial, intelectual e física), transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/super-dotação, “por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem.” (artigo 2º, Resolução N. 04/CME/2009)

Através da atividade lúdica, a criança aprenderá de uma maneira agradável com jogos e brincadeiras, consistindo em um fator facilitador para o aprendizado, pois sentirá prazer em estar participando, ao mesmo tempo em que estará se desenvolvendo nas diferentes áreas da Educação. Para atuar como professor da sala de recursos, dever conter em seu currículo formação, inicial e continuada,

conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área.

- Conhecer em detalhes e utilizar o Projeto da sala de recursos como norteador de seu fazer pedagógico;
- Ser um eterno pesquisador;
- Identificar as dificuldades individuais de seus alunos e principalmente as suas potencialidades;
- Saber e colocar em prática seus conhecimentos;
- Ter absoluta certeza de que sua atuação fará grande diferença na vida de cada um de seus alunos, seja ela positiva ou negativa.
- Atentar para as orientações dadas pelo assessor (a) pedagógico.
- Organizar seu fazer de acordo com as orientações constantes no Projeto da sala de recursos.

Atendimento na Classe especial

A Classe Especial é uma turma em escola de ensino comum, onde o professor utiliza métodos, técnicas, procedimentos didáticos e recursos pedagógicos convencionais e adaptados, flexibilizando-os e adequando-os de modo a promover a aprendizagem dos alunos público alvo da Educação Especial que, no momento inicial de escolarização (Ensino Fundamental), ainda não apresentem as condições básicas para frequentar a classe comum.

Os alunos nesse caso são:

- Alunos que apresentam dificuldades acentuadas de aprendizagem resultantes de deficiência, e que demandem apoio contínuo e adequações no processo de ensino.
- Podem iniciar o Ensino Fundamental já na Classe Especial ou a ela serem transferidos, desde que estejam frequentando no máximo até o 2º ano do ensino comum, sendo inviável essa transferência se o aluno já houver sido promovido para o 3º ano.

O Ingresso na Classe Especial:

- O ingresso do aluno na Classe Especial se dará unicamente através de encaminhamento emitido pelo Centro Municipal de Educação Especial, após avaliação multiprofissional que identifique a necessidade e indique esse atendimento específico.
- Organização e funcionamento da Classe Especial:
- A classe Especial obedecerá ao artigo 24 da LDBEN 9394/96, que preconiza carga horária mínima de 800 horas anuais, distribuídas em 200 dias letivos, obedecendo, portanto o calendário da secretaria como as demais turmas do ensino comum.
- Aos alunos deverão ser ministradas todas as aulas previstas no currículo mínimo, com ênfase na alfabetização e na aquisição de conhecimentos matemáticos correspondentes ao proposto para o 1º e 2º anos.
- A matrícula do aluno na Classe Especial poderá ser realizada por até dois anos consecutivos, se constituindo num processo de passagem que o conduzirá a inclusão no ensino comum a partir do 2º ou 3º ano do Ensino Fundamental, devendo esta ser registrada com detalhes em relatório e ser coerente com a ata final. Uma vez incluso não há retorno.
- As turmas serão compostas por no máximo 15 alunos, que deverão frequentar as aulas todos os dias da semana e cumprindo horário integral, salvo em casos específicos acordados entre pais, escola e assessor pedagógico do Centro Municipal de Educação Especial - CMEE.
- No decorrer de cada bimestre deverão ser realizadas avaliações contínuas a fim de identificar, intervir em tempo hábil e atribuir notas aos alunos em cada componente curricular.
- De acordo com o calendário da secretaria, ao final dos bimestres serão atribuídas médias a serem entregues à secretaria da escola.
- O planejamento deverá ocorrer nas datas estabelecidas no calendário da secretaria e de acordo com a proposta para o 1º e 2º anos.
- As frequências e os conteúdos ministrados deverão ser registrados em Diário de Classe padrão fornecido pela Secretaria.
- Os docentes da Classe Especial deverão participar de todas as reuniões internas da escola, das formações oferecidas pela secretaria incluindo as promovidas pela Gerência de Educação Especial, da qual receberá assessoria pedagógica com orientações pertinentes.

O processo individual do aluno deverá conter, além dos documentos oficiais exigidos pela Escola, as cópias indicadas abaixo:

- Avaliação multiprofissional realizada no CMEE (súmula);
- Relatórios de atendimentos recebidos (Programas no CMEE ou em outras instituições, atendimentos com fonoaudióloga, psicóloga, fisioterapeuta ou outros);
- Registro referente ao atendimento em Salas de Recursos, inclusive indicando em qual escola frequenta, de modo a facilitar o contato entre as docentes.
- Informamos que todos os alunos da Classe Especial devem frequentar a Sala de Recursos no contra turno, visando dinamizar e acelerar o desenvolvimento de suas habilidades e competências.
- As aulas deverão ser as mais atrativas possíveis e os conteúdos deverão ser ministrados de forma interdisciplinar e contextualizado, deve levar em conta as necessidades do aluno e procurando adequar estratégias e recursos pedagógicos pertinentes.
- Os alunos participarão de todas as atividades, projetos e eventos desenvolvidos no espaço escolar, ou programadas por este, respeitando as especificidades e promovendo a inclusão de todos.
- Aos alunos deverão ser ministradas as aulas de Educação Física, assim como aos demais alunos, adaptando-as quando necessário.
- É assegurado aos alunos o usufruto da biblioteca escolar, devendo ser estimulados a prática da leitura prazerosa e funcional.
- Aos alunos também será reservado horário e programadas atividades a serem realizadas no Telecentro (quando houver), e utilizar todos os recursos multimídia disponíveis na escola como forma de dinamizar as aulas.
- Atendimento aos estudantes inclusos na etapa de Educação de Jovens e Adultos.
- Sala com 15 alunos, sendo 8 alunos com deficiência.
- Funcionamento desta modalidade é diurna.

Atividades e programas do Centro Municipal de Educação Especial André Vidal de Araújo

- Avaliação diagnóstica;

- Intervenção com a equipe multiprofissional;
- Palestra aos pais dos alunos público-alvo da Educação Especial.
- Estimulação Essencial (0 a 03 anos);
- Estimulação da Aprendizagem (03 a 06 anos);
- Programa Especializado Multiprofissional (PEMULTI) (07 a 15 anos);
- Programa de Atividades Adaptada para Reeducação Comportamental (PAARC) (08 a 18 anos);
- Programa Implante Coclear (PIC);
- Língua Portuguesa para alunos surdos (L2);
- Sala de Recurso (6º ao 9º) (AEE);
- Sala de Recurso alunos com Altas Habilidades/Super-dotação (AEE);
- Programa de Alfabetização, Leitura e Escrita (PROALE);
- Programa de Atividades Motoras Adaptadas (PAMA);
- Estimulação Precoce e Reeducação Visual
- Formação na área da Deficiência Visual (Orientação e Mobilidade, Braille, Soroban e Tecnologia Assistiva);
- Curso de LIBRAS inicial e aperfeiçoamento;
- Curso de LIBRAS Noturno;
- Curso Mediadores da Comunicação (professores interpretes);
- Assessoramento Pedagógico;
- Oficinas de práticas pedagógicas;
- Formação continuada aos professores da modalidade da Educação Especial;
- Realização do Seminário Educação Inclusivas: Direito a Diversidade MEC/ em duas etapas;

Atividades em parceria realizadas com a Divisão de Apoio a Gestão Escolar

- Projeto JAAVAS;
- Capacitação em Educação Física adaptada;
- Mostra de dança e arte da Educação Especial;

Avaliação: Para se instaurar um debate no interior da escola, sobre as práticas de avaliação, é necessário que explicitemos nosso conceito de avaliação. Qual a função da avaliação, a partir do papel da educação escolar na sociedade

atual? Para que é feita a avaliação na escola? Qual o lugar da avaliação no processo de ensino e aprendizagem?

Tradicionalmente, nossas experiências em avaliação são marcadas por uma concepção que classifica as aprendizagens em certas ou erradas e, dessa forma, termina por separar aqueles estudantes que aprenderam os conteúdos programados para a série em que se encontram daqueles que não aprenderam. Essa perspectiva de avaliação classificatória e seletiva, muitas vezes, torna-se um fator de exclusão escolar. Entretanto, é possível concebermos uma perspectiva de avaliação cuja vivência seja marcada pela lógica da inclusão, do diálogo, da construção da autonomia, da mediação, da participação, da construção da responsabilidade com o coletivo.

Todas as questões que dizem respeito à avaliação de pessoas público alvo da educação especial diferenciam-se nos recursos de acessibilidade e devem ser colocados à disposição dos alunos para que possam aprender e expressar adequadamente suas aprendizagens. Por recursos de acessibilidade podemos entender desde as atividades com letra ampliada, digitalizadas em Braille, Interpretes de LIBRAS, até uma grande gama de recursos da tecnologia assistiva, hoje já disponíveis, e sistema de comunicação alternativa, enfim, tudo aquilo que é necessário para suprir necessidades impostas pelas deficiências, sejam elas auditivas, visuais, físicas ou intelectuais e Transtorno Espectro de Autismo. É diante da necessidade de acompanhar o desenvolvimento do aluno que se faz necessário pensar em instrumentos diversos e mais adequados com suas finalidades, para que dêem conta, juntos, da complexidade do processo de aprender.

Quando se refere à avaliação na perspectiva da educação inclusiva, precisam-se levar em consideração as estratégias e as adaptações que sejam pertinentes ao público alvo da educação especial. Também sejam apropriadas para tornar acessível a aplicação de testes e de provas ao aluno com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento inseridos na classe de ensino regular.

Sugerem-se algumas alternativas que facilitem o acesso dos alunos à aprendizagem e a realização da avaliação aplicada:

- Dê explicações diretas

- Usar dicas variadas;
- Aplicar provas orais/verbais e escritas;
- Usar demonstração prática (maquete);
- Fazer demonstrações;
- Utilizar objetos e jogos manipuláveis;
- Utilizar figuras de apoio que auxiliem na associação de ideias ou a transposição de conceitos para os mais variados contextos (ilustrados e/ou discutidos antecipadamente);
- Usar provas gravadas;
- Usar gravuras;
- Ler as provas para os alunos;
- Antecipar a leitura das questões das provas;
- Usar aplicações no ambiente real;
- Exercícios longos podem precisar de redução, optar por enunciados curtos e diretos;
- Usar múltipla escolha;
- Modificar formato;
- Múltiplas Linguagens
- Usar várias instruções, dando-as em passos separados (escritas/sinalizadas/verbais);
- Usar apoio escrito para instruções orais;
- Permitir que o aluno grave ou digite as instruções;
- Aplicar prova na versão em braile;
- Proporcionar tempo extra para realização das provas;
- Proporcionar intervalos nas sessões das provas;
- Fornecer auxílio ou equipamento adaptativo;
- Uso de recursos visuais
- Responder a um assistente (escriba) de forma ditada;
- Realizar provas em local tranquilo.
- Oferecer perguntas que orientem o raciocínio para a produção de um texto ou para a realização de exercícios;
- Oferecer técnicas de estudo e deixá-lo utilizar roteiros e/ou “dicas” extras;

- Usar caixas de fichas para consulta (com fórmulas matemáticas, com linhas do tempo, com esquemas e desenhos explicativos).

Como devem ser as aulas?

a) Partir de um planejamento que envolva a organização da rotina, o clima social da aula, às estratégias e os recursos pedagógicos.

b) Ajudar os alunos a atribuir significado pessoal à aprendizagem.

c) Explorar as ideias prévias antes de iniciar nova aprendizagem.

d) Adotar uma variedade de estratégias e possibilidades de escolhas.

e) Utilizar estratégias de aprendizagem.

f) Dar oportunidade para que os alunos pratiquem e apliquem com autonomia o que foi aprendido.

g) Preparar e organizar os materiais e recursos de aprendizagem.

h) Monitorar permanentemente o processo de aprendizagem dos alunos para ajustar o ensino.

Os desafios são:

a) Pautar-se pelas potencialidades dos alunos;

b) Implementar atividades cooperativas/colaborativas (Aprendizagem cooperativas);

c) Considerar os diferentes níveis, ritmos e estilos de aprendizagem;

d) Rever concepções;

e) Romper com o modelo conservador de ensino;

f) Oferecer opções de materiais diferenciados para a realização de uma mesma atividade;

h) Fortalecer as interações entre professor/aluno e dos demais estudantes entre si;

i) Estabelecer expectativas positivas.